



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 030

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE ABRIL DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Professor Luizão
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Pércles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 030

30ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 07

Pequeno Expediente:

Dep. Elton Welter 09

Dep. Elio Rusch 10

Dep. Douglas Fabrício 11

Dep. Valdir Rossoni 11

Dep. Luiz Claudio Romanelli 13

Dep. Pastor Edson Praczyk 15

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto..... 17

Dep. Rosane Ferreira 20

Horário das Lideranças:

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 12

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 14

Dep. Luiz Eduardo Cheida..... 27

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 16

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 19

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício22

Liderança do Partido Democratas

Dep. Elio Rusch24

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão25

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins27

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati29

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni30

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli32

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente33

Discussão/Votação

2ª Discussão34

Discussão Única (Proposições)..34

1ª Discussão41

2ª Discussão41

Redação Final41

Requerimentos42

Encerramento da Sessão43

Publicações:

Atas de Comissões

Indústria, Comércio e Turismo ..43

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação44

Tomada de Contas.....44

DIÁRIO Nº 030**30ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 30ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
08 DE ABRIL DE 2008**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Osmar Bertoldi e Pedro Ivo (03).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Ofícios**

Sob o nº CTL/CC 075/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei 728/07, de autoria do Poder Executivo, por julgar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CEE/CC 663/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Jocelito Canto que pede esclarecimentos sobre o custo do Governo com publicidade na rádio Antena Sul, do município de Castro. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 664/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Jocelito Canto que pede esclarecimentos sobre aos gastos do Governo com publicidade no município de Ponta Grossa. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 159/GS do Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Valdir Rossoni, Douglas Fabrício, Marcelo Rangel, Ademar Traiano, Elio Rusch, Duílio Genari e Plauto Miró que pedem esclarecimentos sobre o terminal da Ponta do Félix em Antonina. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 523 da Sra. Ellen Gracie - Presidente do Supremo Tribunal Federal - STF, onde requerente é o Governador do Estado e requerida a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, comunicando que o Supremo Tribunal Federal julgou procedente a ação direta e declarou inconstitucional o parágrafo 3º do artigo 78 da Constituição do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 669

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário preferência para a discussão e votação do Projeto de Lei nº 076/08, Ofício nº 130/08, item 07 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 08/04/08.

(a) ELIO RUSCH

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Luiz Acorsi, Valdir Rossoni, Cida Borghetti

REQUERIMENTO N° 681

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, e com fundamento no artigo 185, parágrafo 4º do Regimento Interno dispensa de votação de redação final para o Projeto de Lei n° 076/08, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que objetiva alterar a Lei 14277/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias - item 07 da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 08/04/08.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 672

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após aprovação do douto Plenário, REQUER a inversão da pauta da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 08/04/08.

(a) ROSANE FERREIRA

Apoioamento:

Ademar Traiano, Edgar Bueno, Chico Noroeste, Douglas Fabrício.

REQUERIMENTO N° 671

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento dos Projetos de Lei n°s 085/08 e 087/08, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 08/04/08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

REQUERIMENTO N° 680

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a aprovação de moção de apoio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, às Instituições de Ensino Superior à Distância, regulamentadas pelo MEC e seus estudantes do curso de Serviço Social.

Sala das Sessões, em 08/04/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A presente moção deve ser encaminhada haja vista as dificuldades que os estudantes do curso de Serviço Social do Estado do Paraná, das Instituições de Ensino Superior à Distância estão encontrando para realizar estágio curricular na área, pois apesar de regulamentado pelo MEC, estão sendo impedidos de estagiar.

REQUERIMENTO N° 666

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da

Sessão de hoje, para a posteridade, votos de congratulações e aplausos às escolas de Ponta Grossa que se destacaram no Exame Nacional do Ensino Médio de 2007, o ENEM, e conquistaram médias satisfatórias, acima da classificação das escolas públicas no Paraná (50,5) e no Brasil (48,5).

Muitas escolas públicas e particulares de Ponta Grossa e da região dos campos gerais superaram as expectativas conquistando excelentes classificações. O resultado mostra que é possível obter excelência na educação quando há um planejamento pedagógico, investimentos em profissionais dedicados, comprometidos com a boa formação educacional e com estímulo dos alunos em aprender. São esforços assim que contribuem para esse quadro de excelência na educação.

Em Ponta Grossa as 10 escolas que alcançaram as primeiras colocações foram a Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR (71,77); o Colégio Neo Máster (65,14); o Colégio Sagrada Família (64,01); o Colégio Sepam (63,98); o Colégio São José (62,33); o Colégio Marista Pio XII (62,14); o Colégio Sagrado Coração de Jesus (61,54); o Colégio Sant'anna (58,06); o Colégio Estadual Linda S. Bacila (55,55); e o Instituto Estadual de Educação César P. Martinez (55,32).

Parabéns aos alunos e a toda equipe de profissionais da educação pela conquista. Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja comunicada à direção das escolas de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08/04/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO N° 674

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de congratulações à Sociedade Rural do Paraná pela realização da 48ª Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina.

A Exposição de Londrina há muito é um dos mais importantes eventos do setor agrícola do país e da América do Sul. A importância do evento extrapola, em muito, as fronteiras da região de Londrina e mesmo do Paraná, afinal é a maior feira agroindustrial da América Latina.

Ao se tornar uma referência mundial em eventos do setor, com a realização da Exposição, a Sociedade Rural do Paraná traz para o estado, e em especial para londrina, um forte reconhecimento e com isso investimentos e novas oportunidades de negócio.

A exposição não só movimenta o setor agrícola, comercial e industrial do campo, mas movimenta toda a cidade de Londrina, trazendo ganhos indiretos para a cidade como a taxa elevada de ocupação do setor hoteleiro, a movimentação dos bares e restaurantes além de todo o setor de serviços da cidade.

Não só em termos econômicos e turísticos a Exposição de Londrina deve ser enaltecida. Desde há muito tempo tem se tornado um evento que traz tecnologia de

ponta para os produtores rurais. Eventos técnico-científicos, exposição de novas tecnologias e maquinários que permitem a todos os agropecuaristas o acesso ao que há de mais moderno no setor mundial.

Demonstrando seu pioneirismo, uma vez mais, e dando exemplo para o setor, na edição de 2008 da Exposição, ora homenageada, a Sociedade Rural do Paraná vem apresentar como tema Em busca da Produção Sustentável. A sintonia com os acontecimentos mundiais e a preparação dos produtores para os desafios do novo milênio ressaltam o compromisso da Exposição de Londrina em ser referência e exemplo mundial.

A 48ª Exposição de Londrina já começou, e dá demonstrações de organização e pioneirismo. Em termos de limpeza e coleta de resíduos não são poucas as manchetes que vêm destacando o trabalho da Sociedade Rural.

Enfim pelo valor imaterial do destaque de nosso estado e de Londrina promovido pela exposição, pelos inúmeros atrativos culturais e artísticos e assim do lazer, pelos eventos científicos, ou pelo setor agroindustrial, Londrina, o Paraná e o Brasil só têm a agradecer a Sociedade Rural do Paraná, e a todos os expositores pela realização de sucesso da 48ª Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina.

Sala das Sessões, em 08/04/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 667

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações ao novo Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, Cel. QOPM Anselmo José de Oliveira, desejando sucesso e profícua gestão junto a essa nobre Corporação.

Requer ainda, que se dê ciência ao interessado através de correspondência a ser encaminhada ao Comando Geral da Polícia Militar do Paraná.

Sala das Sessões, em 08/04/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 668

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações ao novo Secretário-Chefe da Casa Militar do Paraná, Cel. Washington Alves da Rosa, desejando sucesso e profícua gestão.

Requer ainda, que se dê ciência ao interessado através de correspondência a ser encaminhada a Casa Militar, Palácio Iguazu, Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 08/04/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 670

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido um voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Dr. Waldemiro Pereira Homeopatia pela comemoração de 75 anos de sua fundação.

Em 19/02/14 nasce Waldemiro Pereira, em Cerro Azul/PR. Mudou-se para Curitiba em 1924 e em 1926 começou a trabalhar, aos 12 anos de idade, na farmácia de Domingos Duarte Velloso. Em 1933 adquiriu a Casa da Homeopatia, iniciando, então o importante trabalho em prol do desenvolvimento da homeopatia. Em 1954 foi diplomado no curso de Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná e firmou-se como um dos primeiros e mais respeitado médico homeopata de Curitiba. No ano de 1958 alterou o nome de seu estabelecimento para Farmácia Nacional de Homeopatia.

Nasceu seu primeiro neto no ano de 1963, recebendo o nome de Waldemiro Pereira Neto, que hoje é o Presidente da empresa.

Faleceu em 1972, vítima de enfarto, aos 58 anos, em Curitiba.

Em 1973, por iniciativa de seus filhos, a Farmácia Nacional de Homeopatia passou a se chamar Farmácia Homeopática Dr. Waldemiro Pereira. Era um médico atuante e interessado em proporcionar aos seus clientes o que de melhor existisse na medicina natural, para tanto, participou de inúmeros congressos, convenções e impérios do Brasil e no exterior, na busca de pesquisas que contribuíssem para a obtenção de medicamentos confiáveis e eficazes. O resultado de sua dedicação é o tradicional laboratório homeopático conhecido em todo o Brasil, com produtos de qualidade e de criação exclusiva. O cuidado na escolha dos elementos naturais utilizados nos medicamentos, os equipamentos e o ambiente em que são manipulados, a qualificação dos profissionais que os executam, além do rigoroso controle operacional para que se obtenha uma medicação homeopática confiável e de resultado, consolida o trabalho realizado nesse laboratório. Na comemoração de 75 anos de sua fundação a Dr. Waldemiro Pereira Homeopatia participou como empresa patrocinadora da ABRADILAN, a maior feira do setor farmacêutico do país, no Transamérica ExpoCenter, em São Paulo, reunindo cerca de 130 expositores e aproximadamente 10 mil visitantes em três dias de exposição.

Hoje, sob a Presidência de Waldemiro Pereira Neto, a preocupação da empresa em dispensar o melhor atendimento aos seus clientes perdura e muitos avanços foram conquistados, valorizando assim a qualidade de vida da população paranaense. Muito nos orgulha que empresas genuinamente paranaenses se preocupem e dediquem um atendimento exemplar à nossa comunidade. A Dr. Waldemiro Pereira Homeopatia merece ser homenageada e aplaudida.

Desta forma, apresentamos este voto de louvor, congratulações e muito aplauso, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis e comunidade paranaense.

Nossos cumprimentos ao Presidente Waldemiro Pereira Neto, extensivos a todos os funcionários e demais colaboradores, augurando-lhes muito sucesso!

Sala das Sessões, em 08/04/08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 665

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari solicitando:

1. O número do efetivo, ativo e inativo, das Polícias Militar e Civil do Paraná, nos 399 municípios paranaenses.

2. O número de viaturas militares (veículos e motocicletas) em atividades nas corporações militares e civis espalhadas pelos 399 municípios paranaenses.

3. O número de presídios (penitenciárias e de vagas existentes no sistema prisional paranaense).

4. O número de presídios e relação de vagas que o Governo do Estado inaugurou entre 01/01/03 e 01/01/07, bem como o número correspondente de presídios/vagas que o Governo pretende inaugurar até o fim do atual mandato do Governador Roberto Requião, em 31/12/10.

5. O número, médio, de prisões realizadas por dia no Paraná.

6. O número de mandados de prisões que foram emitidos, mas ainda não foram cumpridos no estado.

7. O montante de recursos públicos, de origem estadual, aplicados nos anos de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e primeiro trimestre de 2008, no setor de Segurança Pública do Estado do Paraná.

8. A divulgação dos dados da criminalidade do programa de geoprocessamento da violência no Paraná em algumas das principais cidades paranaenses, como Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 08/04/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 685

Senhor Presidente:

O Líder do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja encaminhado ofício ao DNIT solicitando agilidade na liberação dos lotes 02 e 03 da BR-487 (Estrada Boiadeira), que liga Campo Mourão a Guaraitava - Cruzeiro do Oeste e de Cruzeiro do Oeste a Porto Camargo.

Sala das Sessões, em 08/04/08.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

REQUERIMENTO Nº 677

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Stênio Jacob, Diretor-Superintendente da SANEPAR, solicitando a imediata instalação de rede de esgoto e estação de tratamento de água no Bairro COHAPAR III, no município de Foz do Iguaçu, atendendo centenas de reivindicações de moradores do bairro. Lembrando que a falta de saneamento básico resulta em perdas irreparáveis para a Saúde Pública.

Sala das Sessões, em 08/04/08.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 684

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja endereçado expediente ao Secretário Luiz Fernando Delazari, solicitando, urgentemente, o deslocamento de mais viaturas e policiais para o município de Marialva. A Câmara Municipal local, liderada pela Presidente Antonieta Belinati Perez e com o apoio de todos os nobres Vereadores, apóia as reivindicações dos munícipes, hoje muito preocupados com a onda de violência de que estão sendo vítimas. Marialva sempre foi uma cidade onde a calma sempre prevaleceu. Era, até pouco tempo, um dos municípios mais calmos do Paraná. Esse sossego foi substituído por onda constante de assaltos e até mesmo a droga que vem destruindo a felicidade dos dependentes e, principalmente de seus familiares. Daí o apelo muito justificado para que S. Exa. o Sr. Secretário de Segurança Pública atenda o respeitado apelo da Câmara de Marialva.

Sala das Sessões, em 08/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 682

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, valendo-se de suas competências regimentais, solicita informações, por meio deste e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado expediente ao Sr. Presidente da COPEL, para que este nos forneça informações detalhadas acerca da situação da Usina Mourão I, no município de Campo Mourão, incluindo detalhamento do motivo que levou ao quadro atual, onde até o Ministério Público teve que intervir.

Informações locais nos dão conta que a COPEL manteve uma atuação predatória, o que resultou em severo castigo ao meio ambiente. O esvaziamento do açude provocou a morte dos peixes e outros animais, além da degradação do solo e da situação do povo ribeirinho.

Embora se tenha divulgado que a medida de suspender as atividades da usina sejam unicamente para facilitar o cumprimento de algumas das ações de proteção

ambiental, como o salvamento da ictiofauna eventualmente confinada em bolsões de água (locas) que se formam em razão do progressivo rebaixamento do reservatório, consequência das baixas vazões registradas há vários meses, na bacia do rio Mourão somadas ao processo de assessoramento do rio Mourão, dos seus tributários e do lago, pergunta-se porque a situação atingiu situação tão alarmante, salientando-se que jamais se poderá culpar unicamente o clima - falta de chuvas - pois o lago da Brascam, usina situada logo abaixo está com situação regular.

Informar se os efeitos nefastos da administração da Usina Mourão I foram rigorosamente previstas e com a participação dos demais órgãos estaduais relacionados ao tema meio ambiente, e se ações estão sendo mobilizadas para a sua solução rápida.

Informar se estas ações e seus efeitos serão suficientes para evitar que os municípios sofram algum tipo de restrição ao recebimento de energia elétrica.

Informar da existência de programas interrompidos ou suspensos, já iniciados ou não, informando os motivos de eventuais paralisações e previsão de retomada de suas execuções.

Diante do presente, certo de que com respeito à atuação deste Parlamentar, receberemos o quanto antes as respostas necessárias ao esclarecimento da questão.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 08/04/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO Nº 683

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, valendo-se de suas competências regimentais, solicita informações, por meio deste e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente, para que este, através de seus órgãos competentes, forneça informações detalhadas acerca da situação da Usina Mourão I, no município de Campo Mourão, incluindo detalhamento do motivo que levou ao quadro atual, onde até o Ministério Público teve que intervir.

Informações locais nos dão conta que a COPEL manteve uma atuação predatória e que o meio ambiente foi severamente castigado. O esvaziamento do açude provocou a morte dos peixes e outros animais, além da degradação do solo e da situação do povo ribeirinho.

Informar, por município e por programa, de forma detalhada quanto aos serviços que estão sendo executados e os ainda por executar na restauração do meio ambiente na área afetada da usina.

Informar da existência de programas interrompidos ou suspensos, já iniciados ou não, informando os motivos de eventuais paralisações e previsão de retomada de suas execuções.

Diante do presente, certo de que com respeito à atuação deste Parlamentar, receberemos o quanto antes as respostas necessárias ao esclarecimento da questão.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 08/04/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 135/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a estadualizar a rodovia municipal denominada LK-002, trecho de ligação viária da sede do município de Presidente Castelo Branco à Estrada Atlântico.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/04/08.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O trecho sugerido ao Governo do Paraná para estadualização vem motivando atritos na área jurídica entre o Executivo de Presidente Castelo Branco e terceiros.

As demandas, com prejuízos à municipalidade, decorrem do tráfego de veículos de todos os portes pela estrada que é paralela ao percurso da rodovia federal a BR-376, onde funciona uma praça de pedágio explorada pela empresa Rodovias Interligadas do Paraná S/A, a VIAPAR.

Anteriormente à implantação da dita praça de pedágio, a estrada LK-002 era utilizada tão somente pelos proprietários rurais das suas confrontações e vizinhanças, em número de mais ou menos 50 famílias.

No entanto, após o funcionamento das cancelas de cobrança das tarifas de pedágio, o trecho em pauta passou a ser utilizado por toda a sorte de veículos, especialmente pelos caminhões de cargas pesadas, que usam esta estratégia como fuga da praça pedageira.

O orçamento municipal se ressentiu das despesas de manutenção e conservação do trecho em questão, motivo maior da formulação do presente plano de lei.

Os recursos municipais, já poucos, carregados para a conservação do citado trecho, deverá ser canalizado para áreas mais carentes como Saúde e Educação, por exemplo.

PROJETO DE LEI Nº 136/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Espírita Leocádio José Correia, com sede e foro no município de Curitiba/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08/04/08.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Espírita Leocádio José Correia, fundada em 03/05/54, com sede e foro em Curitiba/PR, é uma organização religiosa, assistencial, cultural, benéfica e filantrópica, sem fins lucrativos.

As finalidades da sociedade são dedicar-se ao estudo e à prática do espiritismo, no seu tríplice aspecto: filosófico, científico e religioso, consoante os princípios codificados por Allan Kardec; difundir a doutrina espírita por todos os meios lícitos e compatíveis ao seu alcance; exercer atividades de natureza assistencial e de promoção humana à luz da doutrina espírita.

Por todos estes motivos, estamos apresentando o presente projeto, certos do apoio dos nobres Pares, por ser absolutamente relevante que a entidade seja declarada de utilidade pública.

PROJETO DE LEI Nº 137/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os condenados por crimes graves como homicídio, latrocínio, extorsão mediante seqüestro, estupro e genocídio que cumprem penas nos regimes aberto ou semi-aberto distantes de seus respectivos estabelecimentos prisionais, poderão ser monitorados por equipamento de rastreamento eletrônico visando o estrito cumprimento de suas obrigações legais.

§ 1º Ouvido o Ministério Público, o Juiz decidirá sobre a necessidade de adoção da medida prevista no *caput*.

§ 2º Os equipamentos de rastreamento eletrônico referidos no *caput* serão fixados nos apenados por meio de braceletes, tornozeleiras ou chips subcutâneos, conforme regulamentação da matéria pelo Poder Executivo e disponibilidade do sistema prisional.

§ 3º A violação das regras e equipamentos do rastreamento eletrônico pelo condenado implicará na sua imediata volta à prisão.

Art. 2º As providências desta lei poderão ser adotadas nos detentos beneficiados por indulto, liberdade condicional ou recolhidos sob caráter preventivo, nos casos regulamentados pela Secretaria de Segurança Pública.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08/04/08.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Esta proposição tem por objetivo viabilizar a adoção do rastreamento através de equipamentos eletrônicos dos condenados por crimes de alta periculosidade que forem beneficiados pelos regimes aberto e semi-aberto no estado do Paraná, para se distanciarem de seus respectivos estabelecimentos prisionais.

Trata-se de dispositivo relativamente fácil de aplicação que poderá melhorar os níveis de segurança da população, considerando ocorrências de roubos e homicídios praticados por ação ou cooperação direta de apenados que se encontram cumprindo suas penas fora do sistema prisional.

O rastreamento eletrônico possibilitará às autoridades de segurança obter informações precisas sobre os deslocamentos dos apenados, fazendo o cruzamento de passos com os delitos ocorridos e propiciando vigilância mais eficaz em relação aos locais por eles freqüentados.

É comum no noticiário de imprensa vermos informações sobre crimes seguidos de mortes ocasionados por apenados que cumprem suas penas em regime semi-aberto, muitas vezes passando divisas de estados sem a devida autorização legal.

Os equipamentos de rastreamento eletrônico referidos neste projeto serão fixados nos apenados por meio de braceletes, tornozeleiras ou chips subcutâneos, após autorização judicial e seguindo regulamentação da matéria pelo Poder Executivo e disponibilidade do sistema penitenciário.

Este projeto encontra suporte na Constituição Federal, que em seu artigo 24, inciso I, dispõe sobre a concorrente competência da união com os estados e distrito federal para legislar sobre direito penitenciário.

O rastreamento eletrônico de detentos foi adotado pioneiramente pelo Juiz Titular da Vara de Execuções Penais de Guarabira/PB, Dr. Bruno Azevedo, e pode ser brevemente adotado pelo Congresso Nacional.

PROJETO DE LEI Nº 138/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecida a exclusão da cobrança da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, incidente sobre a taxa de serviço, cobrada em bares, restaurantes e similares.

Parágrafo Único. Os bares, restaurantes e similares deverão discriminar separadamente, na nota fiscal, os valores recebidos a título de taxa de serviços, que será exclusiva dos garçons e demais funcionários do estabelecimento.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/04/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

É absolutamente inconstitucional a cobrança de ICMS sobre os populares 10% do garçom, que nada mais é do que a taxa de serviço, o que falta é a determinação legal para a não incidência deste imposto, ante a discriminação na nota fiscal, do valor relativo ao serviço prestado.

Logo ao propormos o presente projeto de lei, estamos incentivando a legalização da taxa de serviço, com sua discriminação em nota fiscal e coibindo uma prática ilegal, qual seja a cobrança do imposto denominado ICMS, sobre serviços prestados pelos garçons.

PROJETO DE LEI Nº 139/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecido que é proibida, no estado do Paraná, a manipulação, fabricação, comercialização ou dispensação de associações medicamentosas contendo as substâncias abaixo listadas, quando associadas entre si ou a outras substâncias de ação no sistema nervoso central, inclusive as benzodazepinas, ou associadas a substâncias com ação no sistema endócrino:

- I - dietilpropiona ou anfepramona;
- II - d-fenfluramina ou d-i-fenfluramina;
- III - femproporex;
- IV - mazindol.

Art. 2º É proibida a prescrição médica simultânea, com a finalidade de tratamento da obesidade ou emagrecimento, de substâncias tipo anfetaminas, com um ou mais dos seguintes fármacos:

- I - benzodiazepínicos;
- II - diuréticos;
- III - hormônios ou extratos hormonais;
- IV - laxantes.

Art. 3º As listagens constantes nos artigos anteriores podem ser complementadas por meio do Poder Executivo, através da Secretaria Estadual da Saúde, conforme as normas nacionalmente estabelecidas.

Art. 4º Os estabelecimentos de fabricação, manipulação, comercialização e dispensação farmacêutica, têm o prazo de 90 (noventa) dias para o cumprimento das disposições desta lei, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08/04/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Sabemos que o amplo uso de associações destas substâncias no tratamento da obesidade ou simplesmente com a finalidade de emagrecimento tem causado graves riscos à Saúde Pública, inclusive com números casos de desenvolvimento de dependência.

O consumo elevado deste tipo de drogas, no Brasil, e também em nosso estado, tem sido objeto de preocupações das autoridades do Órgão Internacional para Controle de Entorpecentes, entidade da Organização das Nações Unidas que tem a função de realizar o controle de drogas psicotrópicas e entorpecentes em nível internacional por decisão da Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961.

O Conselho Federal de Medicina, preocupado com a banalização do consumo dessas drogas em fórmulas de associações, editou, em 1997, uma resolução (Resolução CFM nº 1.477/97) proibindo as prescrições simultâneas de um elenco destas substâncias.

O consumo de associações de drogas psicoativas, com ação profunda no sistema nervoso central, é um tema bastante sério para a Saúde Pública e merece uma constante e rigorosa fiscalização.

A regulamentação atual, nacional, é suficiente mas é baseada em portaria ministerial e em resolução do Conselho de Medicina. Cremos que uma lei estadual específica daria o necessário e sólido respaldo legal que pode melhor amparar a ação fiscalizatória e punitiva firme e rigorosa nesse campo.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O dia de hoje é um dia especial para a república, principalmente para os fins que a Educação se reporta, que são os filhos e filhas dos brasileiros e brasileiras que vão à escola através do PROINFA, que é o Programa Nacional de Informática na Educação. Estão sendo instalados os computadores e também sendo capacitados professores em todo o país. E no dia de hoje a internet em banda larga foi assinada para atender 56 mil escolas públicas até 2010.

Isso, de fato, é uma revolução para todas as escolas públicas no país. Num primeiro momento, nas escolas urbanas que atendem mais de 80% de todos os alunos da rede pública, sem sombra de dúvida, essa é uma medida que vai revolucionar o processo de educação, que cada vez mais possibilita acesso à informação moderna, à capacitação dos professores e a inclusão digital dos filhos e filhas dos brasileiros. Esta é, sem sombra de dúvida, uma grande medida do Governo Federal em parceria com o setor que transmite esses dados. Foi feito o contrato das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações com o decreto que estabeleceu que essa medida esteja presente em 40% das sedes dos municípios até 31 de dezembro de 2008, e em 80% até 31 de dezembro de 2009, e na totalidade até 2010.

Então, com esse novo decreto, as operadoras dos serviços de telecomunicações tem esse compromisso para que atendam toda essa população estudantil em todas as escolas públicas municipais. Portanto, essa medida assinada, no dia de hoje, pelo Presidente da República, pelo Ministro da Educação e pelo Ministro das Comunicações, Hélio Costa, e também com o Presidente da ANATEL, Ronaldo Sardenberg, essa medida de fato vai criar condições, tanto na oportunidade dos filhos e filhas dos brasileiros que estudam em escolas públicas de saírem, de aprenderem nessa ferramenta tecnológica que é o computador, tanto para saírem da escola já sabendo manusear esse equipamento, como também usar desse instrumento para capacitar os docentes, os nossos professores, aqueles que oportunizam ensinamento para os nossos filhos.

Então, vejo dessa forma, uma medida de suma importância para o país, uma medida que vai propiciar cada vez mais que a educação nas escolas públicas seja de qualidade. Portanto, todos os municípios brasileiros serão atendidos por esse Programa. É uma meta, através desse decreto, onde as operadoras desse serviço assumiram este compromisso de 40% já ser atendido até dezembro de 2008, os outros 40% até 31 de dezembro 2009 e o restante até 2010. Isso vai propiciar uma revolução, na medida que os filhos e filhas das escolas públicas municipais terão acesso a essa ferramenta, que é a comunicação. E também os professores poderão ter cursos de capacitação à distância.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência, com satisfação, anuncia as presenças dos Sr. Roberto Gava, Presidente Executivo da Associação Paranaense das Empresas de Base Florestal; dos Reitores das universidades de Ponta Grossa e de Maringá, professor João Carlos e Décio Sperandil.

Sejam todos bem-vindos!

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso esse espaço para lembrar alguns fatos desta Casa.

Primeiro, o que é o orçamento do estado? Você estima a receita e fixa a despesa. Quando os Parlamentares aprovam o orçamento, aprovam uma lei. E poder dar poderes mais amplos para o Executivo ou pode limitar os poderes do Executivo.

Ao discutirmos o orçamento, no ano passado, a Assembléia Legislativa, por maioria dos seus Parlamentares, deram amplos poderes para o Governador do Estado, remanejar os recursos de uma Secretaria para outra, através de decreto de suplementação.

Acreditamos que o Executivo deve ter uma flexibilidade, mas dentro de um limite. Mas, não extrapolá-lo.

O que foi aprovado aqui no ano passado? Dez por cento de suplementação do anexo das obras do orçamento do Governo do Estado. O que quer dizer isso? O Governador do Estado do Paraná pode suplementar, por decreto, verbas de uma Secretaria e jogar para outra Secretaria, sem autorização legislativa, porque já está autorizado pela lei do orçamento.

Quero ler o Decreto nº 2439, de 3 de abril: “O Governador do Estado do Paraná suplementou uma rubrica orçamentária da Secretaria de Educação em R\$ 22 milhões, 475 mil e 190.”

Para que finalidade esse dinheiro? Embora exista nos anexos o que ele irá suplementar - o apoio logístico à rede escolar e ao estudante na educação básica - de onde ele está retirando esse dinheiro? Está retirando das regiões leste, noroeste, norte, oeste e da sudoeste. E de quais escolas?

Aí que vem o nosso questionamento. Tem que dar uma suplementação para o Governo, sim. Mas, através do projeto atividade, que ele possa suplementar. E não a liberdade total como está tendo hoje, através de lei que foi aprovada no ano passado.

Não sabemos quais as escolas que serão prejudicadas e quais as escolas e quais os municípios que serão beneficiados. Ele não precisa da Assembléia Legislativa porque já lhe demos um “cheque em branco”. Ele pode suplementar o que bem quiser. Entendo, como disse e volto a dizer, que o Executivo, independente se é Prefeito, Governador ou Presidente da República, tem que ter uma flexibilidade, mas não da forma como a Assembléia Legislativa fez.

Em 2006 aprovamos o orçamento e demos poderes para o Governo suplementar através de projeto atividade e ele tinha que comunicar à Assembléia Legislativa cada vez que suplementava ou precisava de um recurso maior. Quando ele mandou para Assembléia, no ano passado, em 2007, alteraram a lei orçamentária e retiraram o projeto atividade e o Governo tinha liberdade absoluta para fazer aquilo que bem quisesse. É a mesma coisa que dizer: “Eu não preciso mais da Assembléia Legislativa”. Neste momento, estamos na mesma situação. Com toda a certeza o Governador não vai precisar da Assembléia e nós, Parlamentares, não sabemos para onde vão os recursos.

Esse é um decreto que peguei e pesquisamos através da assessoria da Bancada da Oposição e com outra assessoria. São R\$ 22 milhões que estão sendo suplementados na Secretaria da Educação e não sabemos para quem vai esse dinheiro e de quem é retirado. Muitas vezes, ouvimos Parlamentares, aqui, falando que escola em Ponta Grossa está caindo; escola não sei de onde merece cuidado; escola não sei de onde precisa de reforma; que temos que construir novas escolas, em determinadas regiões. Agora, estamos cancelando rubricas das regiões do oeste do Paraná...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Presidente Nelson Justus, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa aqui presente.

Estou usando o Pequeno Expediente, Deputado Cheida, V. Exa. que tem a bandeira do meio ambiente nesta Casa, junto com a Deputada Rosane Ferreira, para pedir seu apoio e da Deputada Rosane Ferreira para o assunto que irei falar aqui. Claro que precisamos do apoio de todos os Deputados, mas o que quero trazer ao conhecimento de V. Exa. é um assunto que tem nos preocupado bastante na região de Campo Mourão, que é uma usina, uma represa, uma barragem que tem na nossa cidade de Campo Mourão.

Deputado Cheida, não sei quem é o culpado. Não sei se é o IAP, não sei se é a COPEL, só sei que o IAP e a COPEL são de responsabilidade do Governo do Estado. Portanto, podemos dizer que o culpado, também, é o Governo do Estado. Podem até alegar que está faltando chuva. Tudo bem, aí vamos culpar São Pedro, mas como não temos como trazer São Pedro aqui para resolver o problema, temos que apelar para quem está lá para resolver o problema. Qual é o problema? A usina está praticamente seca. É uma barragem que tem chamada Usina Mourão, em Campo Mourão. Tenho algumas fotos pequenas. Deputado Cheida, está seco! Andei seis quilômetros, sábado agora, dentro da usina, a pé. Eu e uma equipe de lideranças da região de Campo Mourão.

Uso o Pequeno Expediente para chamar a atenção da Assembléia Legislativa, das autoridades. Já fiz uma visita ao Gerente da COPEL local. Agora, vejo na imprensa que a COPEL suspende o funcionamento da Usina Mourão. Suspendeu. Fizemos essa visita. Só que não basta suspender o funcionamento. Tem que resolver o problema. Preciso que o IAP tome providência. Por que ele deixou chegar naquele nível? Está morrendo peixe - se pegarmos detalhadamente, a morte dos peixes e animais silvestres, a comunidade está indignada, a própria Promotoria Pública tomou providência, cobrando a ação do Governo. Vejo que às vezes temos que falar alto, para o Governador tomar uma providência neste sentido.

Quero fazer esse alerta, pedindo às autoridades do estado do Paraná para que se mobilizem e ajudem a resolver o problema da Usina Mourão. A COPEL está lá e os seus integrantes conhecem o problema tecnicamente. Imagino que o IAP também esteja preocupado e tem funcionários para isso na região. Queremos uma solução.

Outra situação que está se discutindo, o Vereador Sidney Jardim propôs uma Audiência Pública local e está convidando o Secretário de Estado, para resolver esse problema. Tenho certeza que a Assembléia será convidada para estar presente. É um problema que afeta o meio

ambiente e que prejudica naturalmente todos da nossa região. A comunidade está indignada com a atitude da COPEL de deixar paralisada a usina, porque não está resolvendo. Chegou no momento em que quase praticamente secou a usina. Imagine, Deputado Valdir Rossoni, uma usina, na época de seca, que falta chuva, ela diminui a quantidade de água, o que ultrapassou o limite. A usina está seca e dá para andar de carro lá. Do jeito que está, se não tomarem cuidado, vai virar, Deputado Cheida - Deus me perdoe - criador de dengue.

Quero alertar as autoridades e por isso utilizei, aqui, o Pequeno Expediente. Retorno no Horário das Lideranças, mais tarde, para falar sobre a Estrada Boiadeira.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A presidência anuncia com satisfação, a pedido do Deputado Anibelli, a presença do Prefeito Antônio Olinto; José C. Machiavelli; dos Vereadores Alan Jaros, Leomar Machado de Oliveira, João Maria Guenze, Eliane Mulleo e Itamar Machiavelli; bem como os Srs. Paulo, Wilson Ghene e Vilmar. Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni, no Pequeno Expediente.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Presidente Nelson Justus, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Ontem atravessei - como diz o velho ditado - a madrugada, a convite de um grupo de Paranaguá. Inicialmente, quero pedir desculpas aos Deputados, por não tê-los convidado. Porque a pedido das pessoas que queriam falar comigo e com os Parlamentares, eles têm muito medo da administração do porto. Cheguei por volta das 8h e saí de lá por volta de 1h da manhã. Fui tentar entender um pouquinho mais o porto de Paranaguá.

Sempre tenho tido a atenção da imprensa e dos Parlamentares. Mas, queria também, Sr. Presidente, como sempre tive, a atenção de V. Exa. Fui buscar informações, ontem, em Paranaguá, porque cabe a este Parlamentar e a este Parlamento discutir os problemas do Paraná. Voltei de Paranaguá assustado. O meu pronunciamento da semana passada foi muito ameno, perto da gravidade da situação do porto. V. Exa. deve lembrar que em outubro do ano passado, setembro do ano passado, não quero precisar a data, lembra que eu vim aqui nesta Casa e alertei para a gravidade da situação do porto? Quando eu digo gravidade da situação do porto é porque o porto está à beira de um desastre. O porto não tem mais por onde entrarem os navios, que é o denominado Canal da Galheta. E V. Exa., Presidente, quando eu levantei aqui a questão do porto no ano passado, V. Exa. teve uma grande idéia e, certamente com o objetivo de colaborar com o funcionamento do porto, propôs aqui, e o porto

propôs a V. Exa. para que eles trouxessem aqui uma Comissão de alto nível e que representasse a sociedade de Paranaguá. Eu, prontamente aceitei, porque sempre foi o meu objetivo contribuir para que o porto de Paranaguá desse o menor prejuízo para a economia do nosso estado. E dei aquela demonstração naquele ato. Nunca mais falei do porto e aguardei V. Exa. trazer a Comissão. Aí veio de Paranaguá uma Comissão de alto nível, estiveram na mesa da Presidência, naquela sala grande, onde um senhor de idade, um senhor de respeito da sociedade, um profundo conhecedor de Paranaguá, fez uma ampla explanação. Eu saí de lá convencido: agora encontraram a solução, o Superintendente do porto, se achando o dono da verdade, mas agora com essa Comissão que dava um equilíbrio para as questões, os problemas do porto seriam solucionados.

Achei que a partir daquela data a solução estava a caminho. Ontem voltei a Paranaguá. Ficamos lá por mais de quatro horas. E para o meu espanto, Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, falei com aquele senhor que fez a explanação na sua sala, Deputado Traiano, ele fez aqui uma explanação que nos convenceu de que eles tinham encontrado a solução para o porto. Ontem, Deputado Nelson Justus, sabe o que aquele senhor que fez a explanação disse para mim? Entre tantos problemas que tem o porto de Paranaguá, corrupção, desmando, incompetência, é uma barbaridade aquilo, prova disso é que o porto estava com 32 navios em alto-mar esperando para entrar no porto. Sabe quanto custa um navio parado? Quarenta mil dólares, em média, que uns custam 60 e outros custam um pouco menos, em média US\$ 40 mil. Ontem tinha 32 navios.

E esse cidadão me disse o que há de mais grave, e aí eu faço o apelo a V. Exa., porque V. Exa. também tem...

Passa a usar o horário da Liderança do PSDB

Então, Presidente, quero aqui dividir a responsabilidade. A Agência do Estado, essa Agência do Estado para os amigos que estão nos vendo e nos assistindo e ouvindo, é uma agência de notícias do Governo, na última semana foi de uma canalhice tão grande com este Parlamentar, Deputado Carli, me desculpem eu usar a palavra canalhice, mas é a palavra apropriada para quem fez a nota, disse o seguinte: "O Rossoni é um homem na tribuna e outro nos bastidores". O Rossoni é o mesmo em qualquer lugar, eu não mudo o meu caráter, a minha personalidade. Eles quiseram dizer que sou contra a dragagem do porto. Ora, se eu estou aqui hoje anunciando a proposição de uma ação para que obrigue o Superintendente do porto cumprir a lei e fazer a dragagem do porto, alertei a população paranaense, na semana passada, de que o porto está à beira do caos, está na hora de acontecer algo muito drástico no porto. Aí, esse cidadão - me desculpe, Deputado Nelson Justus, eu fujo do assunto principal - esse cidadão me disse com todas as letras, e está à

disposição de V. Exa. e dos Srs. Parlamentares, aquele mesmo cidadão que veio aqui dizer que as medidas que seriam tomadas no porto tinham um cronograma, ontem ele me disse, com todas as letras, tudo o que foi combinado na sua sala, Sr. Presidente, na sala do Poder Legislativo, o Superintendente do porto simplesmente não cumpriu nada, nada aconteceu com aquela proposta que era uma proposta que foi planejada por toda a sociedade de Paranaguá ali representada, inclusive com o Superintendente do porto, ele não tomou uma medida, Sr. Presidente. Prova disso, e aí eu quero dizer aos Srs. Parlamentares que eu ajo na forma da lei, Deputado Praczyk, eu não vou admitir, não vou admitir e estou na Justiça, que o Governo tenha uma vírgula, no processo licitatório do porto, errada. Por quê? Se em cinco anos e quatro meses, o dirigente do porto é o mesmo, é o mesmo ou não é? É o irmão do Governador. Se em cinco anos e quatro meses ele não teve tempo de elaborar um processo licitatório correto, dentro do que ambientalmente é exigido, dentro da lei, dentro das normas internacionais, aí não é culpa minha, aí é incompetência, aí é desmando, aí é descaso com a coisa pública.

Por isto, o que mais me trouxe preocupação não é mais o calado, a largura do Canal da Galheta, é que ele usou esta Comissão de alto nível para vir nesta Casa dizer que tinha uma proposta de dragagem do Canal da Galheta. Eles vieram aqui com boa intenção, fizeram a defesa daquela proposta, mostrando mapas, mostrando estudos, um amplo estudo, e ontem à noite caiu tudo por terra. Caiu por terra por quê? O mesmo homem que veio aqui apresentar em nome do porto, em nome da população de Paranaguá, em nome do setor econômico que usa o porto de Paranaguá, ele disse, nada daquilo aconteceu. O Superintendente do porto simplesmente desconheceu um acordo que tinha com a sociedade paranaense, representada, Sr. Presidente, pelo Presidente da Assembléia e pelos Deputados desta Casa.

E agora o seguinte - estamos com o Canal da Galheta agora com 90 metros de largura, 90 - um navio tem 40 metros - há necessidade para que um navio não tenha nenhum perigo para entrar no canal 70 metros cada lado - se tem 90, o navio tem 40, quando sobra para cada lado? Vinte e cinco metros.

Além disso, para os senhores terem uma idéia da gravidade da situação, os navios estão saindo com meia carga, porque não há mais calado para um cargueiro carregado. Aí ele chega no porto, Deputado Douglas, carrega a quantidade que é permitida pela Marinha e vai embora com meia carga. Quem paga? O agricultor.

Sr. Presidente, fiz uma pergunta e sei que é muito difícil entender a questão do porto. Tenho dificuldades. Tenho me esforçado. Atravessei a madrugada ontem ouvindo, porque não tenho esse entendimento. Aí fiz uma pergunta para as pessoas que estavam ali - e eu devo respeito a essas pessoas - qual é a possibilidade de um acidente, de um a dez? Sabem o que eles me responderam, Deputado Douglas? Nove, nove. E esse cidadão virá a esta Casa se o Presidente Nelson Justus convidá-lo.

Então, o que precisa agora, quero me despir aqui das vestes de Líder da Oposição, porque quando falo causo urticária no Governo. Então, quero me despir deste cargo que exerço, de Líder da Oposição, e quero me vestir - acho que como Líder da Oposição estou fazendo este papel muito bem para o benefício do estado - mas quero dizer ao Líder do Governo, Deputado Romanelli, ainda acredito que o Governador Requião está sendo enganado. V. Exa. no seu aparte, no seu pronunciamento, também acredito que V. Exa. está sendo enganado, está sendo enganado.

Acho que temos que fazer deste assunto um assunto maduro, porque se por um acaso - e o acaso está aí, de 1 a 10 o grau é 9 de possibilidade - encalhar um navio, o porto vai parar! Se o porto parar o que será da economia do nosso estado? Alguns me dizem nos corredores, os que me ouvem, que o Governador tem conhecimento da gravidade, outros me dizem que não.

Quero dizer, Deputado Romanelli, que estou à disposição. Ontem neste encontro, e eu proibi de ter jantar, porque jantar é para festa, nos fechamos numa sala e ficamos ali, por longas quatro horas discutindo, procurando entender para trazer, para procurar aqui transmitir aos Parlamentares a gravidade da situação.

Teve um cidadão, cabelo branco, com longa experiência no porto, ele disse o seguinte: "Eu sou amigo do Requião, tenho certeza que se o Governador me ouvir cinco minutos ele vai ficar com aquele cabelo que é meio ondulado em pé, porque ele não imagina o tamanho do problema que ele tem no porto de Paranaguá". Por mais rápidas que sejam as ações a partir de agora, Deputado Romanelli, vai acontecer quando? Nós estamos em que mês? Abril, daqui a três meses vão comprar a draga? Vão contratar uma empresa?

Outra questão: quero dizer a V. Exa., não acredito que tenha sido V. Exa., saiu no site do Governo e depois no site da Assembléia Legislativa que V. Exa. teria afirmado que quero obstruir a dragagem do porto. Quero dizer que estou entrando com uma ação para obrigar, na Justiça, o Superintendente do porto a se enquadrar na lei e fazer a dragagem do porto. Agora, não vou permitir, e por isso tenho várias ações lá, e não tinha nem tornado público porque quis fazer em silêncio porque estava estudando essa questão para vir à tribuna. Vou entrar com uma ação agora obrigando o Superintendente do porto a fazer a dragagem.

Agora, me permita Deputado Romanelli, peça para a agência do estado não usar esta parte, me desculpe o cidadão que está me ouvindo, essa canalhice que foi na sexta-feira dizer que este Parlamentar não quer que drague o Canal da Galheta. Nunca, em nenhum momento, está aqui, Deputado Romanelli, uma nota que saiu na imprensa em setembro, outubro do ano passado, antes daquela Comissão vir aqui, alertei que o problema da dragagem era grave! Aquele dia que eu alertei que a largura do Canal da Galheta era 115 metros, hoje já é 90, não deu um ano! Então este argumento que eu sou contra

a dragagem, acho que V. Exas. estão observando, estou alertando, alertando! Se amanhã tivermos lá um navio encalhado, obstruindo a entrada do porto, não é por falta de aviso. Faz mais de 10 meses que alertei e agora tenho os números aqui para entrar com essa ação obrigando o Superintendente a realizar a dragagem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Lamento, Deputado Valdir Rossoni, que V. Exa. me fizesse, por longos oito minutos, esperar no microfone de apartes para poder contribuir com esse debate.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Romanelli, não é que eu não quis lhe dar o aparte, lhe concedo no horário da Liderança da Oposição.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Só estou lamentando que entendo que no Parlamento, se pudermos promover o debate, certamente no diálogo é muito melhor para que possamos esclarecer os temas.

Em primeiro lugar, não tenho dúvida que com relação ao porto de Paranaguá tem muitos interesses contrariados. Vamos pegar os grandes números do porto. O porto de Paranaguá tem uma capacidade instalada de 30 milhões de toneladas. Quanto que o porto movimentou o ano passado, Deputado Rossoni? Trinta e oito milhões de toneladas o ano passado. Dezessete por cento superior em relação a 2006.

A questão, na verdade, quando o Deputado Rossoni fala que ele não ingressou com uma ação - é uma pena o senhor sair para o comitê de imprensa e não ficar escutando aqui o que quero lhe dizer. Quando o senhor entrou com uma ação popular para impedir a realização da dragagem, os dados estão lá no Poder Judiciário, foi uma decisão judiciária, inclusive, contrária a sua pretensão, justamente questionando o licenciamento ambiental, com relação a esse tema. Sabemos que o IBAMA e o IAP são de responsabilidade do Instituto Ambiental do Paraná. Não, um advogado mais apressado induziu a erro o Líder da Oposição. Ele entrou com uma ação judicial para impedir de forma objetiva a questão da dragagem. Sei que ele se incomoda com isso, tanto que deixou o seu lugar vazio aqui, nesta Bancada.

Mas, o porto de Paranaguá, quero dizer as V. Exas., aos que aqui muito gentilmente me ouvem. Quero, Sr. Presidente, convidar para vir a esta Casa, pode ser na Comissão de Obras, que preside o Deputado Marcelo

Rangel, tão radical opositor nosso, ou qualquer outra Comissão. Vamos trazer aqui o Diretor de Operações do porto de Paranaguá.

O Diretor de Operações vem aqui e explica o que é o porto de Paranaguá. Acaba na verdade com essa discussão. Dei os números aqui semana passada de quantos navios tinham atracado, quantos estavam esperando para atracar, quantos tinham 48 horas de aviso de espera, cada dia. É só acessar o site do porto - www.portosdoparana.pr.gov.br - está lá no site do porto. Os navios que efetivamente estão atracados e os que virão atracar ao porto.

Vamos trazer o Diretor de Operações do porto, essa é a minha proposta, Deputado Elio Rusch. Vamos acabar com esse discurso político que não leva absolutamente a nada. Vamos ouvir quem conhece o porto mesmo, que está operando, que sabe todos os dados, tem todas as informações, dispõe de tudo aquilo que acontece no porto de Paranaguá. Olha, já vi lugar para ter interesse, mas igual ao porto é muito questionável.

Recebo também centenas de e-mail todo o dia. Qual é o problema, por exemplo, objetivo dos empresários do setor madeireiro? É que o porto deixou de fazer a medição da madeira, de fazer por metro cúbico a quantidade exportada e passou a ser por peso. Isto tem causado um grande prejuízo aos exportadores. Isso é um dos exemplos de um setor que é complexo, são as relações com categorias econômicas. O porto de Paranaguá até recentemente, um pouco antes de boom fantástico que vemos na agricultura, nós importávamos fertilizantes...

(Cortado o som)

Uso o horário da Liderança do PMBD, Sr. Presidente, por cinco minutos, para depois o Deputado Cheida poder se pronunciar.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Então V. Exa. tem mais cinco minutos, Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Mas o fato concreto é que fertilizantes, para as pessoas leigas entenderem daquilo que vai compor os fertilizantes, a média era de 3 milhões de toneladas por ano.

V. Exas. sabem quanto nós recebemos no ano passado? Sete milhões e 100 mil toneladas de fertilizantes. Ou seja, mais do que dobramos.

Basta ver a receita cambial do porto de Paranaguá. A verdade, que se querem discutir a questão do porto de Paranaguá aqui que não seja discurso. Por exemplo, a dragagem do porto. O porto quer contratar uma draga que faça operação com 10 mil m³. Uma grande draga. Nenhum porto do mundo draga com várias dragas.

Há no Paraná um lobby das empresas de draga que querem fazer por lotes. Uma draga no pedaço do canal;

outra draga para dragar o outro berço. São sete ou oito que querem pequenas dragas para dragar o porto de Paranaguá levantando o preço, porque o preço de referência é um preço nacional.

Sinceramente, aqui quando vamos falar do porto de Paranaguá, muitos dos Srs. Parlamentares são bons paranaenses, são pessoas conscientes. Mas, tomem cuidado! Sempre tem um interesse por trás disso, ou é o problema da questão da exportação da madeira, ou o fertilizante, a questão do fertilizante é complexa.

Tive uma empresa de transporte de carga frigorífica, fazia da Argentina ao Chile. Muitas vezes eu mandava um caminhão do Brasil com 25 toneladas de carne para o Chile e tinha uma outra carga já do Chile para trazer, outras vezes não. O caminhão ficava esperando até que surgisse uma carga para poder retornar para o Brasil.

É assim que funciona o transporte de carga, embora os prazos sejam muito mais curtos do ponto de vista da operação do porto. O nosso porto é um porto muito eficiente, consegue escoar rapidamente

V. Exas. viram aquela operação tartaruga dos trabalhadores que não estão vinculados ao porto, estão vinculados ao setor privado.

Quero dizer o seguinte: vamos colocar a questão de forma racional. O porto de Paranaguá é o porto mais importante da América Latina, maior exportador de grãos. É fundamental para a nossa economia tanto do Paraná como do Brasil.

Quero trazer aqui, numa das Comissões da Casa, o Diretor de Operações do porto de Paranaguá, os Parlamentares todos assessorados por quem quiserem, vão ouvir aqui nesta Casa, vão sentar junto com o Diretor de Operações do porto de Paranaguá, com televisão, com taquígrafa e vão ouvir.

Duvido que uma clareza absoluta que pode ter nesse debate não vai nos identificar quais são os temas, os problemas, as soluções, o que é que está pegando. Vamos ser realistas, vamos tratar a questão de forma responsável.

O senhor disse, Deputado Rossoni, que foi ao porto de Paranaguá e se reuniu a portas fechadas com pessoas que também não sei. Só uma pessoa de cabelo branco que não sei quem é ela. Mas, efetivamente, vamos trazer à luz esse tema, esse debate. Vamos trazer o Diretor de Operações. Traga V. Exa. quem quiser para se assessorar dessa pessoa, para ser seu assessor, discutir, debater, para aprofundar mais o tema de forma responsável, para que tenhamos consciência daquilo que estamos fazendo a favor do nosso estado e não daqueles que querem promover os portos de Santa Catarina, que querem dizer que é o porto de São Francisco, que praticamente é um porto muito pequeno ou aquele bacião que é o de Itajaí, que na verdade é um rio e não dá nem para pensar em comprá-lo com Paranaguá. E nós temos que ter a responsabilidade de discutir este tema de forma que possamos esclarecer.

Fica aqui o meu desafio: se o debate não for para ser só o debate político e este todo dia nós podemos pro-

movê-lo, aqui. Gostaria que a Oposição aceitasse minha proposta. Vamos trazer o Diretor de Operações da APA, aqui, vamos debater este tema. Tenho certeza absoluta de que a luz vai se fazer, deste tema, cada um dos Parlamentares vai saber aquilo que acontece, cada um vai ficar absolutamente consciente de que temos todos uma responsabilidade com o nosso estado.

O Sr. Valdir Rossoni (PSBD) (Aparte)

Qual é o dia que V. Exa. quer marcar? Está aceita a proposta.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Desculpe, Deputado, tenho mais 15 segundos, não tenho como conceder-lhe o aparte. Lamentavelmente. Depois até posso, no horário da Liderança do Governo, conceder-lhe aparte. Num outro momento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, senhoras e senhores, amigos telespectadores.

Antes de entrar propriamente no assunto que me traz a esta tribuna, quero fazer dois comentários pertinentes a uma situação anterior à subida deste Parlamentar à tribuna.

Uma certa ocasião, um jornalista que não me recordo mais o nome, fez uma piada no seu blog, insinuando que este Parlamentar e mais o Deputado Osmar Bertoldi, havíamos digitado nossa senha e nos ausentado do plenário. Este jornalista insinuou que estava havendo a prática do “pianismo” aqui, uma vez que eu digitei minha senha e fui ao banheiro ou coisa parecida, porque eu nunca me ausento do plenário. No meu primeiro mandato tive 100% de frequência nas Sessões Plenárias. No segundo ano, tive 99% de frequência. E neste terceiro mandato, tenho em torno de 99% de frequência. Não haveria porquê me ausentar.

Por que trago este assunto à baila? Fazendo justiça, embora eu não tenha procuração do Deputado Valdir Rossoni, mas quando o Deputado Luiz Claudio Romanelli estava fazendo o contraditório de tudo o que o Deputado Valdir Rossoni explanou - o Deputado Rossoni estava dando entrevista ali para os jornalistas, como tantas vezes o Deputado Luiz Claudio Romanelli também fez - e ele insinuou: “Olha, agora ele não está ali para ouvir”.

Então, apenas para fazer justiça, porque o fato de o Parlamentar se ausentar por cinco ou 10 minutos do plenário não significa que ele esteja fugindo ou mascarando sua frequência.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado, o Pastor Edson Praczyk está usando do Pequeno Expediente...

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Fiz isso porque fiquei escutando o pronunciamento do Deputado Valdir Rossoni, aqui, de forma respeitosa, e quando eu comecei falar, ele saiu do plenário!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não posso permitir um aparte, Deputado! A palavra está assegurada ao Deputado Pastor Edson Praczyk. Por favor!

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Como eu disse, fazendo uso da prerrogativa de sair do plenário na hora que bem quer, assim como fui mal interpretado pelo jornalista em questão, que fez questão de dizer: “O cara estava ali, só fazendo o piano e indo embora”. E não foi verdade. Assim também eu saí em defesa do Deputado Valdir Rossoni, assim como sairia em defesa do Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Este é um assunto. O segundo assunto diz respeito a uma comemoração de todos nós, brasileiros, e nós diretamente ligados à política, sobre a decisão do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o Ministro Marco Aurélio, que nesta sexta-feira lançou o programa de substituição do sistema operacional VirtuOS e do Windows CE, de toda as 430 mil urnas eletrônicas pela versão do software livre, que todos sabem que eu defendo, que o Governo do PT defende, que o Governo Roberto Requião também defende, desenvolvida pela equipe técnica do próprio Tribunal. O que significa isso? Bom, o Brasil mais uma vez sai na vanguarda, sai na frente, onde será substituído o sistema operacional das urnas eletrônicas que já são admiradas e invejadas pelo mundo afora em termos de avanço tecnológico, pelo sistema aberto, Deputado Luiz Carlos Martins.

Isso é muito positivo, primeiro porque o próprio Ministro afirma que, com essa atitude, já detectou uma economia substancial aos cofres públicos em função da adoção de software livre. Isso já é muito positivo. Aqui diz que se economizou 4 milhões nas eleições municipais. E quando falamos em software livre, essa economia é progressiva, é gradativa, ela acaba sendo maior e isso é muito positivo, porque obviamente outros países seguirão o exemplo do Brasil e obviamente seguirão o exemplo completo, adotando a urna eletrônica no seu processo democrático de eleições e as urnas com o software livre, justamente objetivando essa economia.

Outra coisa também interessante é que apenas com a utilização do software livre se pode sanar uma grande dúvida que paira, ou pairava sobre as pessoas que questionavam: “Mas realmente é segura a eleição com o uso de

urna eletrônica?” Eu que sou formado em informática, muitas pessoas diziam assim: “Mas não tem como burlar esse negócio?” Tem, nas linhas de programação, no código de programação, os scripts, poderia por exemplo, Deputado Dr. Batista, se fazer um script da seguinte forma: a cada 10 votos sim, um voto para fulano de tal, um exemplo. Cada 10 vezes contabiliza um voto mandraque, fantasma. Isso era possível. É óbvio, o TRE garantia que não, o Supremo Tribunal Eleitoral afirmava que não, mas quem mexe com programação, com informática, sabe que isso é possível, embutir no software, embutir nas linhas de código o que você quiser. “Olha, a cada 100 votos, aparece a foto do Chacrinha ali”. Isso podia, uma mensagem: “Você marcou um gol”, ou qualquer coisa assim. Então, obviamente se podia burlar a eleição. Com o código aberto não, principalmente por quê? Como o próprio nome já sugere, eis que as pessoas podem aditar esse código, ler linha por linha desse código de programação, o código das urnas, e verificar a transparência, a lisura desse código. O que será bom para a sociedade, para nós enquanto políticos, para a democracia como um todo, porque se terá a certeza de não existir nenhuma linha incluída no código de programação, maliciosa, para tornar a eleição tendenciosa para esse ou para aquele candidato.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Então, enquanto Parlamentar, enquanto defensor do software livre, quero simultaneamente parabenizar o TSE, principalmente na pessoa do Ministro Marco Aurélio, por essa brilhante decisão, pela adoção do software livre, por tudo o que está se adotando em modernidade em informática para as nossas próximas urnas eletrônicas, inclusive do reconhecimento das digitais.

Será impossível, por lá, a eleição.

Parabéns para o Brasil! Parabéns a todos nós que formamos essa corrente positiva, que projetará o nosso país para outras nações.

Concedo um aparte ao Deputado Reni Pereira.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Deputado Pastor Edson, quando me elegi a primeira vez, V. Exa. já tinha aprovada a lei do software livre para o estado do Paraná. Vieram outras iniciativas de sua autoria, trazendo essa modernidade ao serviço de informática do estado do Paraná. V. Exa. fez isso, porque é o seu papel como Parlamentar.

Tive um sonho, na noite anterior - e acredito em sonhos - que estávamos sendo cobrados pela população sobre, o que estamos fazendo na Assembléia Legislativa?

O Presidente costuma nos dizer: “Vamos seguir o livrinho, ele diz tudo”.

Hoje tivemos uma discussão sobre o mínimo regional da CCJ. E o Deputado Valdir Rossoni trouxe à tona, pedindo ao Presidente da Comissão, se poderia incluir uma alteração em relação ao servidor público do Paraná.

E começaram a dizer que ele não defendia assim quando foi o Jaime Lerner. Nem sei onde entra o ex-Governador Jaime Lerner. Mas há que se fazer algo, pois faz seis anos que não é o Jaime Lerner.

Temos que discutir o presente e o futuro. E só consigo levantar o debate de uma ilegalidade que passou na CCJ hoje, no último minuto. Não houve oportunidade de debater, porque não permitiram esse debate.

Poderia usar do mesmo expediente - cadê o Líder do Governo que não ouve esse apelo que faço - para que, cada vez mais, deixem os Deputados fazerem aquilo pelo qual foram eleitos.

Quero pedir aqui para que a imprensa permaneça até o final da Sessão, na hora da votação. Porque vamos votar hoje um veto, num projeto de iniciativa da Deputada Rosane, em que temos que discutir a contrariedade ao interesse público. Qual é o interesse público que está sendo violado?

Então, se há uma argumentação jurídica e técnica, debateremos hoje. Muitas vezes, os Deputados, independente do partido, precisam de espaço, nesta Casa, para atuarem como Deputado.

E no meu sonho a população cobrava de todos. Não quero levar essa cobrança para casa. Muito obrigado!

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT) (Aparte)

Deputado Reni Pereira, é preciso continuar sonhando! Apesar de tudo, é preciso continuar sonhando!

Deputado Pastor Edson, parabéns pelas colocações que faz sobre o software livre, sobre o sistema de votação eletrônica.

V. Exa. afirmou, e isso me preocupou, que hoje não dá para burlar mais o sistema de votação eletrônica.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Com adoção do software livre não!

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT) (Aparte)

Quando V. Exa. diz: “Não dá para burlar”, V. Exa. não é de insinuar porque V. Exa. não tem esse perfil e não tem esse caráter de insinuar. V. Exa. é uma pessoa que é ou não é. Pelo menos eu o conheço assim, aqui nesta Casa, é por isso que o admiramos.

Então, quando V. Exa. diz que hoje não se burla mais, não sei se seria essa afirmação não se burla mais...

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Até então era possível.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT) (Aparte)

Até então era possível?

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Sem dúvida.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT) (Aparte)

Era mesmo?

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Era.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT) (Aparte)

Mas aí todos nós ficamos preocupados, Sr. Presidente. Se antes era possível burlar o sistema eletrônico de votação, já começo a ficar muito preocupado e não só eu. Aí, então, procede a reivindicação do Governador Requião quando, na época, defendeu que na hora do voto saísse um comprovante de votação. É em cima disso que o Governador reivindicava esse comprovante de votação?

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Com certeza.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT) (Aparte)

Porque poderia haver...

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Mal comparando, Sr. Deputado, apenas para que os nossos telespectadores e os nobres Pares entendam, seria como uma receita de bolo. Quem me garante que no interior dessa receita eu tenha incluído sal ou açúcar em determinada quantidade? Ou uma perícia técnica do laboratório ou então acreditar que quem fez a receita garante que não incluiu sal, por exemplo.

Uma vez que o software proprietário não permite que se leia as linhas de código, você não sabe o que exatamente acontece por trás da front page, do que aparece aos olhos.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT) (Aparte)

Por trás cortina?

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Exato. E com software livre os técnicos terão acesso a essa receita de bolo.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT) (Aparte)

Se eu tiver um técnico nessa área ele vai acompanhar toda votação?

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Inclusive é essa a sugestão do Ministro porque os técnicos da OAB, dos partidos, dos políticos, quem assim de direito se interessar poderá auditar esse software. “Deixe-me ver o que está escrito nessa linha de código”, antes de fechar as urnas. Então, eles terão acesso à receita do bolo, à linha de programação, o que não é possível no software propriedade.

A linha de programação deste painel, aqui, é um software proprietário. Não sei se no contrato foi previsto termos acesso a essa linha de código ou não, mas quando o software é livre qualquer pessoa competente pode ler a linha de código do software, garantindo assim a lisura do processo.

Bom, Sr. Presidente, quero agradecer a aquiescência de V. Exa. por ter concedido um minuto a mais, devido àquela dúvida se poderia ou não dar o aparte. Srs. Deputados, senhoras e senhores, amigos telespectadores, muito obrigado!

Grande Expediente:**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Passa-se ao Grande Expediente. Primeiro orador inscrito, por 15 minutos, com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)**O SR. JOCELITO CANTO**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores, pessoal que nos assiste pela TV Assembléia.

Quero falar de dois assuntos, hoje. Ontem, não tive oportunidade de terminar. Primeiro, quero voltar ao tema Segurança. Dizia, ontem, aqui, e fiquei aguardando o Deputado Caíto Quintana que acabou saindo do plenário e não mostrou os números da Segurança. Fui buscar o Decreto de Lei n° 14961, de 21/12/05, em que o Governador Roberto Requião concedeu um aumento muito importante para Polícia e esse decreto é público e foi aprovado por esta Casa. Já que estamos no mês da mentira, dos tradicionais mentirosos, abril lembra mentira, conversa fiada. Que se faça justiça, Deputado Pugliesi, porque o Governador Requião deu aumento para os policiais, sim. O decreto está aqui, houve posteriormente mais um aumento que foi dado com os demais quadros do estado. É claro que é preciso sempre aumentar a Polícia, porque ela merece.

Mas, quero desfazer aqui aquela mentira de que não havia aumento da Polícia, do Governador Requião. Os senhores que estão em casa nos assistindo pela TV Assembléia, esta é uma cópia do decreto de lei, para que elas possam ver e não só ouvir. Esse é o decreto do Governador reajustando os policiais

Às vezes, Deputado Dobrandino, tem aquele tradicional Governador, que ele gosta de marketing, que às vezes de madrugada ele vai à geladeira - o cara que mente tem muita gastrite - para tomar uma água e dar uma refrescada. A geladeira acende a luz, quando aberta, o caro meio dormindo, vai tomar água, acende a luz e pensa que é a Globo: “Oh, estou pronto para dar a entrevista”. Mas é uma geladeira, só um sonho e nada a mais.

Um outro tema que gostaria de tratar, aqui, Deputados Dobrandino, Cida Borghetti, Péricles, os Deputados das grandes cidades do Paraná, oito dias sem um homicídio em Ponta Grossa, que ninguém matou ninguém, Deputado Cheida. A Polícia está prendendo o pessoal com crack, cachorro-quente no centro vendendo crack, o carcereiro da Santa Maria, que colocava droga para dentro. Oito dias sem homicídios em uma cidade de quase 400 mil habitantes. É para comemorar.

Vou tocar em um tema nos próximos dias, que vai mexer com algumas pessoas. Estou estudando o tema que se refere às crianças trabalhando. As crianças em que, no Estatuto da Criança, prevê que nenhuma criança pode trabalhar, Deputado Romanelli. Pergunto-me:

como é que uma criança não pode trabalhar, mas na novela pode? Como é que uma criança de 10, 11 anos, não pode fazer um estágio? Mas como é que as crianças vivem dramas em cenas de novela, de tiros, envolvidas em mortes?

Recebi os documentos, que diz pedidos a esta Casa, e nas próximas Sessões vou tratar desse tema. Recebi alguns documentos que me deixaram preocupados, uma certa instituição dizendo que está ainda analisando esse caso das crianças nas novelas. Por que é que pode na novela? Porque está envolvida a poderosa Organização Globo. A criança pode trabalhar na novela e participar de um seqüestro e de um tiroteio. É um trabalho ou uma brincadeira que ela faz lá? Mas a criança não pode trabalhar em uma oficina, ou trabalhar com o pai no comércio. Aí, não pode. Eu vou voltar a esse tema, porque acho que é um tema muito interessante.

Ontem eu vi aqui o tema jornalismo. Ontem eu ouvi aqui uma discussão, Deputado Pugliesi, V. Exa. falou do Dia do Jornalista, do Jornalismo, e eu fui buscar informações, aqui, Dia do Jornalista, 29 de janeiro; dia 24 de janeiro, padroeiro da profissão; 29 de janeiro, data que de longe é a mais citada nos calendários devido à morte do jornalista José do Patrocínio, isso dia 29 de janeiro; 07 de abril, Associação Brasileira de Imprensa, em homenagem a João Batista - médico e jornalista que morreu assassinado também; 03 de maio pode ser considerado o Dia do Jornalista; 1º de junho Dia da Imprensa, e assim por diante. Todos os dias são dias do jornalismo e dos jornalistas.

Mas, queria aqui aproveitar porque eu, na verdade, sou um homem de rádio e trabalho há 25 anos como radialista. Desde pequenininho tinha por vocação a idéia de que eu queria um dia ser radialista, era a minha paixão de menino, a ponto de, quando menino, ficar trepado em uma árvore transmitindo jogo de futebol. Era uma paixão que estava nas veias, aquele dom que Deus dá à algumas pessoas. Mas, quis o destino que eu, nessa paixão que tive pelo rádio, acabasse me ausentando um pouco da escola, e nunca tive vergonha de falar isso, aliás, eu não tenho vergonha de nada que acontece na minha vida.

Tive a oportunidade de me transformar em um radialista iniciante, e finalmente profissional. Isso ao longo da minha carreira de 25 anos. Mas, por essa paixão pelo rádio, acabei deixando de lados os estudos. Naquela época havia uma incidência de meninos que não estudavam e eu acabei deixando a escola, estudei muito pouco, fiz até a 6ª série e depois nunca voltei para a escola. Mas Deus, mais uma vez, me deu o direito de fazer a maior universidade da vida, que é a própria vida, de conhecer pessoas, de conhecer cidades, de conhecer pessoas simples, de conviver com pessoas diariamente.

Então, Deus me deu, de um lado, a profissão e me deu também a oportunidade de conhecer o mundo. Hoje, com apenas 43 anos, tenho uma experiência de alguém que tem mais idade, isso devido ao trabalho, ao sofrimento, ao levantar todos os dias às 5h da manhã, fazer

rádio das 6h às 9h, depois atender as pessoas diariamente. E depois vir para Curitiba todos os dias, indo e voltando todos os dias, e não faltando a nenhuma Sessão desta Casa. Esse é o nosso trabalho diário.

Não posso aceitar quando misturam jornalismo com rádio. O rádio vem antes do jornalismo. O rádio nasceu antes do jornalismo e as maiores figuras do rádio, Deputado Belinati, V. Exa. que também é radialista, as maiores figuras do rádio não foram jornalistas e muitos, os maiores proprietários de jornais, não foram jornalistas, foram advogados. Antigamente bastava ser advogado para se tornar um jornalista. Hoje, devidamente regulamentada, temos a profissão de jornalista, com todo o respeito.

Faço o jornalismo no rádio há 25 anos. No interior o radialista mais simples é aquele que se obriga a transmitir jogos, fazer um programa popular, fazer um programa policial, fazer um programa de notícias e assim por diante.

E muitas emissoras do interior mantêm a tradição velha do rádio de produzir muitas notícias com os seus radialistas profissionais.

Então, precisamos separar. Jornalista é uma coisa, radialista é outra. Os jornalistas são profissionais, foram à faculdade, se prepararam, estudaram, discutiram tese. O radialista não. O radialista se formou nas escolas do rádio. Também aprendeu jornalismo, porque os maiores jornalistas deste país, senhores, são homens que vieram do rádio. Os maiores comunicadores tiveram a sua origem no rádio, não tenham dúvida nenhuma.

A origem principal dos grandes apresentadores de televisão é do rádio. Então, quando se faz a comparação e se diz que a pessoa que não tem curso superior não pode ser radialista ou não pode fazer rádiojornalismo, não é verdade, porque conheço na minha cidade inúmeros grandes comunicadores que não têm curso superior e que são grandes apresentadores de rádiojornalismo. E vão bem, se apresentam bem, fazem grandes apresentações, comandam grandes programas, são radialistas históricos do Paraná.

Então, há de se entender que o homem de rádio, que faz rádiojornalismo, não é um ignorante, não. prova disso é que nesta Casa temos vários radialistas eleitos pelo povo: Luiz Carlos Martins, Carlos Simões, Belinati, outros companheiros que fazem rádio aqui também, são oriundos do rádio e não são jornalistas ou são jornalistas baseados naquela lei lá de trás, que quem já tinha tantos anos podia pegar a carteira. Eu, particularmente, nunca quis, porque já tenho uma carteira. Tenho a carteira de jornalista profissional. Eu já me sinto satisfeito. Poderia pegar a carteira de jornalista, mas entendo que não é bom, porque não estudei, não fiz a universidade. Fiz o rádiojornalismo do rádio. Então, sou radialista profissional e me contento com isto. Adoro minha profissão, luto por ela todos os dias. Agora, não posso concordar quando alguém diz que para fazer jornalismo ou rádiojornalismo temos que ter curso superior. Não é verdade. Tem muitas

peças que eu conheço que são bons jornalistas e escrevem melhor do que pessoas que são formadas, com todo o respeito a toda a classe. Conheço pessoas que não são formadas e escrevem bem melhor do que muitos formados, mas respeito a opinião de todo mundo.

Agora, só não quero que confundam o rádio com o jornalista. Esta questão do radialista é uma coisa, jornalista é outra. O jornalista escreve, mas rádio também. Tem muitos radialistas - Mazza é jornalista - é jornalista como? Foi à faculdade? perguntaria aos senhores: o maior comentarista do Paraná...

(Término do tempo)

Passa a usar o horário da Liderança do PTB

O Luiz Geraldo Mazza, um dos mais brilhantes comentaristas, acho que até tem a voz parecida com a minha, meio de taquara rachada, Deus não deu a nós o dom, temos a cabeça, mas não tem a voz perfeita. O Mazza, até pela idade, a voz dele não é uma voz fabulosa, como a minha também não é, mas ele tem o dom de fazer seus comentários. O Mazza é jornalista. O Mazza, segundo eu sei, recebeu também o título de jornalista e assim por diante.

Então, não vamos confundir aquela questão do rádio, porque lá em Ponta Grossa mesmo tem verdadeiros "dinossauros" do rádio que não são formados em jornalismo, poderia dar alguns exemplos: Rogério Cerma, da Rádio Clube; Nilson de Oliveira, pai do Deputado Marcelo Rangel, formado em História, faz um grande programa lá em Ponta Grossa. E assim poderia citar outras pessoas que merecem o nosso respeito porque são radialistas que fizeram a história do nosso estado, a história desse país! Roberto Marinho, Paulo Pimentel, muitos deles não são jornalistas. O Roberto Marinho é jornalista? Será que é jornalista? Gostaria que as pessoas procurassem saber se ele é jornalista. Dr. Paulo Pimentel, Abdo, nosso grande comandante também!

Então, há de ser separar essa questão: se respeitar jornalista e radialistas que fazem jornalismo. Aqui nesta Casa estamos cheios de exemplos e nada nenhum jornalista, não tenho nada contra jornalistas, de vez em quando escuto algumas coisinhas, respeito a opinião deles. Agora, é importante separar, radialista é uma coisa, jornalista é outra. O rádio nasceu antes do jornalismo e os radialistas lá no começo da era do rádio faziam o papel dos jornalistas de hoje. Mais tarde se criou a oportunidade de um curso de formação para jornalistas e hoje temos brilhantes jornalistas, inclusive nesta Casa que cobrem nossas Sessões. Importantes profissionais que devemos respeitar, jornalistas que estão aqui até quando nos criticam. Agora, não podemos dizer que o cidadão que nasceu com o dom de ser jogador de futebol que sente no banco; ele deve jogar de titular. Não se pode

dizer que quem não tem curso superior não pode ser um bom apresentador de notícias.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Me permite um aparte?

(Assentimento)

Parabéns pelo eloquente pronunciamento de V. Exa. e como radialista há 45 anos, gostaria de lembrar que o rádio em muitas cidades, aqui do Paraná, não vamos falar em outras regiões, o rádio chegou 50 anos na frente do curso de Comunicação Social. Em alguns lugares o rádio já está plantado, consolidado e não tem sequer na região, não é nem no município, um curso de jornalismo! Então, seria uma tremenda sacanagem querer proibir quem está exercendo a profissão, como V. Exa. e tantos outros, há 20, 30 anos ou até mais, comandando programas de rádio. Querer, de repente, impedi-los de exercer a profissão! Lembrando que o rádio chegou muito antes do curso de Comunicação Social, daí a dificuldade, naquela época, de se encontrar jornalistas profissionais, formados, diplomados para exercer esta profissão.

Parabéns pela defesa que V. Exa. faz, uma defesa que quero crer é uma defesa de milhares e milhares de profissionais que atuam no rádio do Paraná e do Brasil.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Principalmente, Deputado Belinati, dos meninos e meninas do interior, os radialistas do interior, a sua grande maioria essencialmente fabricados nas cidades. Ao longo dos anos existia o tradicional radialista que batia de cidade em cidade, o radialista vozeirão, o profissional que andava de cidade em cidade. Hoje não existe mais isso, hoje as rádios fazem seus próprios profissionais, a escola do rádio hoje cria grandes profissionais. Eu mesmo, ao longo da minha vida, em cada cidade que passei, lá ensinei alguém e lá também aprendi para chegarmos aqui. Então, quero defender aqui os radialistas que fazem o rádiojornalismo no interior, aqueles que não tem o curso superior, mas que têm a decência de defender o rádio que é a nossa grande paixão.

Quero deixar esse registro hoje, homenagear os radialistas, os profissionais da imprensa, os nossos jornalistas. Cada um na sua, os jornalistas do momento atual, os radialistas que vêm lá de trás. Mas, o importante é não proibir ninguém que trabalha com responsabilidade, que ama o seu trabalho, que levanta cedo, que sabe que fazer rádiojornalismo é sempre ouvir os dois lados, é sempre ter a devida responsabilidade de fazer a sua notícia.

Queria deixar esse recado aqui, porque trabalhei muito no interior e sei o que representa o radialista no interior. Digo aqui, Sr. Presidente, sou patrimônio do rádio, se tirar o rádio de mim, acabou o Jocelito. O dia que tirarem as rádios, não tenham dúvida, não serei mais nada. Sou fruto do rádio. Tenho o maior orgulho de dizer que, quando Prefeito de Ponta Grossa, a cidade teve a satisfação de ter eleito um radialista Prefeito. Agora

tem o Vice-Prefeito que também é nosso radialista, que trabalha na rádio do Deputado Plauto.

Deputado Belinati, V. Exa. brinca comigo todo dia dizendo que quer aprender comigo. Na verdade, eu que tenho que aprender com o senhor, porque quando eu nasci, V. Exa. já era Vereador na querida Londrina. Eu que tenho que aprender com V. Exa.

Com o aparte o Deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Deputado Jocelito Canto, parabéns pela forma como defende apaixonadamente o rádio. O rádio que passou por momentos difíceis, Sr. Presidente. Quando surgiu a televisão, o rádio ia acabar; surgiu o fax, o rádio ia acabar; surgiu a internet, o rádio ia acabar. Pelo contrário, o rádio está cada vez se fortalecendo mais.

Creio que tivemos duas grandes invenções no mundo: a primeira foi a roda e a segunda o rádio, porque foi através do rádio que vieram as outras grandes invenções e que o homem chegou à Lua. O rádio teve uma importância muito grande.

Hoje, pego o meu celular aqui e falo com qualquer lugar do mundo - se a minha conta estiver paga - e devo isso ao rádio. Hoje, quando mando um fax ou um e-mail, devo isso ao rádio. Devemos isso àqueles radialistas que ajudaram a construir essa história muito bonita.

Ainda esses dias atrás faleceu, no Rio de Janeiro, o grande radialista que é aqui do Paraná, Haroldo de Andrade, que marcou história no rádio brasileiro, fazendo os grandes debates na Rádio Globo, do Rio de Janeiro, que nos ensinou muito. Temos muito a aprender.

Sou do tempo do rádio e não sou tão velho assim, Deputado Jocelito, que era difícil até arrumar uma namorada, porque quando se falava em radialista: "Fica longe, fora", era difícil, Sr. Presidente. Daí lutamos para mudar essa imagem do radialista. É preciso que o radialista também seja responsável no microfone, que ele aprenda a ouvir os dois lados, como o jornalista faz também. Temos muito que aprender um com o outro, o jornalista com o radialista, e o radialista com o jornalista.

Parabéns, Deputado Jocelito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado. Queria dedicar esse meu discurso aos jornalistas que trabalham comigo e que me corrigem quando erro. Queria também dedicar esse discurso a um dos mais brilhantes homens que eu conheço, que escreve espetacularmente, é um cidadão lá de Ponta Grossa, chamado Luiz Carlos de Castilho, que não tem curso superior, mas é um grande homem, escreve muito bem, mais tem uma cabeça que é superior a muitos que tem o curso superior.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Grande Expediente, por 15 minutos, a Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Animais não matam por querer, matam?

Antes de vir ao plenário abri os meus e-mails e tinha lá o boletim eletrônico semanal da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

O e-mail do Sr. Rasca, a chamada era esta:

(Lê):

"A dengue - uma das doenças que está em evidência - é um exemplo de que o mosquito sempre existiu no seio da mata nativa sem causar qualquer problema à saúde humana. Porém, com a eliminação da floresta, seu habitat natural, eles - em busca da sobrevivência - migraram para as cidades e de forma rápida se adaptaram em criadouros artificiais muito mais favoráveis no ponto de vista da taxa de sucesso populacional.

Na floresta, a caçada para ter um sanguinho quente e gostoso era muito difícil, quase inglória. Já na cidade, eles encontram mamíferos confinados e dorminhocos a ponto de não perceberem sua picada - muitas vezes, mortal. Além disso, relaxados em berço esplêndido esperando a banda do aedes aegypti passar galhardamente, infelizmente.

Pior do que os animais que matam, são os que se deixam matar por desleixo, descuido e passividade. Acordem!

Um grande abraço, e até a semana que vem!

Rasca Rodrigues é Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná."

Queria que os senhores me dessem um minuto de atenção, porque a minha fala hoje tem o objetivo de pedir o auxílio dos senhores para a derrubada de um veto do Governador Roberto Requião.

Veto ao meu Projeto de nº 111/07, que dizia que tem como objetivos fazer com que todas as obras contratadas pelo Poder Público Estadual, ao usar madeira, usem a madeira cultivada ou usem agricultura das florestas, como me ensinou agora há pouco o Sr. Roberto, aqui presente. Ocorre que o referido projeto foi vetado pelo Governador Estadual, que afirmou que já existe um Decreto de nº 4889/05, que trata da questão da madeira utilizada em obra pública. E, que, portanto nosso projeto não atenderia ao interesse público.

Assim, cumpre-nos fazer alguns esclarecimentos quanto à fundamentação utilizada pelo veto estatal. Ora! O Decreto nº 4889/05 traz em seu conteúdo o controle da utilização da madeira nativa de procedência legal, para que empresas participantes de licitações apresentem documentos, tais como notas fiscais, cadastros do IBAMA, autorização para transporte, etc., comprovando que a madeira nativa ofertada é de procedência legal. Fica claro que o decreto estadual não trata da mesma matéria no projeto em votação.

Enquanto o projeto versa tão somente quanto à utilização da madeir a reflorestada, o decreto fala sobre

madeira nativa e a legalidade de sua procedência.

Quando vi o veto do Governador e vi que havia um equívoco nos seus argumentos, coloquei isso no dia e o Líder do Governo, Deputado Romanelli, tirou da manga uma outra questão.

(Lê):

“2. O argumento de que a madeira reflorestada não tem resistência ou dureza não se sustenta, se levarmos como parâmetro a peroba-rosa, madeira nativa amplamente empregada na década dos anos 60 do século passado e hoje considerada extinta, pois as gerações passadas não foram previdentes em reflorestar esta essência nativa amplamente utilizada na construção civil.

Verificamos de acordo com dados produzidos pelo IPT - Instituto Tecnológico de São Paulo, que a peroba-rosa tem uma densidade menor que uma essência exótica amplamente reflorestada no estado do Paraná que é o eucalipto citriodora. Peroba-rosa, 790 Kg/m³ contra 1.040 Kg/m³ do eucalipto citriodora.

Além disso deve-se levar em consideração que as essências hoje reflorestadas no estado são industrializadas e recebem tratamento de preservação que permite dar-lhes uma garantia de durabilidade contra fungos e insetos de no mínimo 25 anos. Infelizmente não existem mais essências nativas no estado com essas características naturais. Elas foram dizimadas pela ação imprevidente do homem.

3. O presente projeto não impede de forma alguma o uso da peroba-rosa ou de qualquer outra essência nativa no estado. A madeira nativa pode continuar à ser empregada e incentivada na construção civil, contanto que tenha sua origem no reflorestamento ambientalmente sustentável, tanto na sua origem no estado do Paraná, como as essências nativas provenientes da região amazônica, a qual tem vocação para produzir madeira, talvez das regiões já degradadas pela ação do homem.

4. O segmento da madeira reflorestada no estado do Paraná é extremamente forte, tanto pelo parque industrial existente, como pela área reflorestada do estado, e esse segmento produz insumos para a construção civil, desde móveis (sem uso de madeira nativa natural), até painéis que são exportados para os EUA e Europa, para serem utilizados fundamentalmente na construção de habitações.

A tecnologia hoje empregada na madeira reflorestada segue padrões tecnológicos determinados pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, tanto no projeto de estruturas suspensas, que necessitam de flexibilidade, dureza e resistência, como garantias de conservação dessas estruturas ao longo de décadas.

Hoje portas, batentes, forros, assoalhos, janelas, etc, são confeccionados em madeira reflorestada, e até mesmo os restos da madeira que antes eram jogados fora ou queimados são transformados em painéis empregados na indústria moveleira. Mostrando que o estado domina e está preparado, sim, para um novo paradigma do emprego da madeira reflorestada na nossa sociedade.

5. O Paraná é auto-suficiente em madeira reflorestada e um grande exportador dessa matéria-prima, empregando mais de 150 mil trabalhadores nesse ramo de atividade. Além disso, é considerado uma verdadeira potência no fornecimento dessa madeira, possuindo 15% do total da área reflorestada em todo Brasil. Portanto, não há que nos preocuparmos com dificuldades para atender as futuras demandas na construção civil pública.

Assim, e não poderia ser diferente, reiteramos a proposta de lei para utilização de madeira reflorestada, principalmente para estabelecermos políticas públicas capazes de propiciar um desenvolvimento ambiental sustentável em nosso estado. E isso, com certeza, é de interesse de todos.”

Nosso projeto, Sr. Presidente, foi acatado por esta Casa, passou pela CCJ e tem lá as melhores cabeças desta Casa, que compõem aquela Comissão. Quando falo “melhores cabeças” refiro-me à competência técnica dos Parlamentares que compõem aquela Comissão.

Saindo da CCJ foi para a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, foi para a Comissão de Obras Públicas. Nesta Comissão, meu projeto foi relatado pelo Deputado Edson Strapasson, que fez uma diligência e pediu o parecer técnico da Secretaria de Obras Públicas deste Governo, e em todas essas instâncias, Deputado Cheida, nosso projeto teve parecer favorável, voltou para este Plenário e foi aprovado por unanimidade. Mas todos erraram, todos, os 54 Parlamentares, as Comissões, a Secretaria de Obras Públicas, os técnicos, todos erraram, e o Governador vetou; vetou e usou um argumento errado, porque usou um decreto que não se aplica ao meu projeto.

Então, quero solicitar a vocês o apoio. Eu sei que tem muitos Deputados que já estão esvaziando o plenário, muitos Deputados que foram convidados a voltar aos seus gabinetes, mas acho que temos que ser o sal da terra, ou sim ou não, mas temos que nos posicionar.

Agora mesmo eu passava pela frente da cadeira do Deputado Artagão e o Deputado Romanelli, fazendo uso da palavra disse: “É, Deputada Rosane, acabo de ofertar aqui ao Deputado Artagão R\$ 300 mil a fundo perdido...”

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputada Rosane, a senhora não pode fazer de uma brincadeira que eu fiz com o Deputado Artagão, irresponsavelmente, falar isso na tribuna...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Romanelli, a palavra está assegurada à Deputada Rosane Ferreira.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Vou repetir o meu pronunciamento: estava agora pedindo o voto do Deputado Artagão, quando o Deputado Romanelli, brincadeira ou não, falou assim para mim: “Deputada Rosane, acho difícil a senhora com esse seu sorrisinho, acabo de ofertar ao Deputado

Artagão R\$ 300 mil para aplicar na sua base, a fundo perdido”. Brincadeira ou não, foi isso. E eu realmente não posso e não vou conseguir competir com isso, porque a sociedade infelizmente ainda não sabe qual é o papel de um Deputado, ainda acha que o nosso papel é levar ambulâncias, é inaugurar pontes, é levar dinheiro. Ainda não sabe que o nosso papel nesta Casa é legislar e fiscalizar o uso do dinheiro público. E quero deixar claro isso, brincadeiras ou não, Deputado, o senhor terá o momento para se posicionar, mas com isso eu realmente não posso competir.

Sei da intenção do meu projeto, sei da intenção das pessoas que me colocaram nesta Casa, e são essas pessoas que eu defendo.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputada Rosane, acredito que o projeto tem mérito, já fizemos essa discussão aqui, não quero em nenhum momento fazer juízo porque acredito, como a senhora falou, às vezes falamos realmente em tons fora do que seria do microfone, conversas, e acredito sim que é em tom de brincadeira, não tenho a menor dúvida do que falou o Deputado Romanelli aqui. Tenho certeza absoluta disso.

Agora, só queria dizer o seguinte: isso, acho que não deveria estar nesse debate. Eu tenho pleno acordo com todas as suas afirmações aqui, estou de pleno acordo com a defesa que a senhora faz do seu projeto, acho que ele é meritório, já havia dito à senhora e já me manifestei junto à minha Bancada, inclusive em momentos anteriores, que vou votar pela derrubada do veto, pelas razões que a senhora expôs e acho que as razões são suficientemente fortes para que possamos votar. Não sei se vai haver ou não o veto, mas acho que é por uma questão de convicção.

Quanto a qualquer outro argumento, acho que não pode ser colocado aqui, até porque às vezes é feito de uma forma descontraída e eu pediria, tanto à senhora como ao Deputado Romanelli, que não comentassem esse tipo de debate, porque acho que ele distorce o objetivo, Sr. Presidente e Sra. Deputada, distorce o seu objetivo principal, e que está fazendo com muita competência o convencimento deste Plenário pela necessidade da derrubada do veto. Inclusive entregou documentos a todos os Deputados.

Pode ter certeza que terá o meu voto a favor.

Muito obrigado!

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Não sei como serão conduzidas as conversas com a base do Governo para a derrubada do veto. Mas sei das intenções do nosso projeto e do mérito para a preservação do nosso planeta.

E é isso que defendo nesta Casa. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência anuncia, com satisfação, as presenças dos Srs. Roni Barbosa, Presidente da CUT do Paraná; e Alexandre, Secretário Geral do Sindicato da Construção Civil.

Horário das Lideranças:

No Horário das Lideranças, Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Queria aproveitar o espaço para lembrar que a Sessão de quinta-feira será com a Audiência Pública da Secretaria da Fazenda, onde apresentará, o Secretário Heron Arzua, os dados relativos às metas do 3º quadrimestre de 2007.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vou, mais uma vez, falar sobre a Estrada Boiadeira. Tenho aqui o mapa do estado do Paraná. Conversava com o ex-Prefeito de Campo Mourão, Sr. José Poshapiski, e ele me dizia que a Estrada da Boiadeira já é promessa desde a década de 60. Vários governantes passaram e acabou não acontecendo a estrada. Alguns chegaram a fazer um pedaço.

Mas saiu a estrada de Maringá até Campo Mourão, saiu asfalto de Campo Mourão até Cascavel e outras tantas. Por isso do mapa. E a nossa famosa Estrada Boiadeira não saiu.

Trouxe, desta vez, umas fotos de como está a situação da Estrada da Boiadeira. Peguei um pedaço que vai de Campo Mourão até Tuneiras do Oeste. Ainda falta um outro pedaço.

Vou apresentando por etapas, pedindo apoio e cobrando que esta estrada volte a ser discutida pelo Presidente Lula, pelos Deputados Federais do Paraná e pelo Governador Roberto Requião, que assumiu o compromisso. Disse que se o Presidente Lula fizer a metade da estrada ele faz a outra metade. Então, vão olhando, Srs. Deputados, olhem a situação da estrada.

Deputado Elio Rusch, uma estrada importantíssima para o centro do estado do Paraná.

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)

Deputado, permite um aparte?

(Assentimento)

Eu pergunto: essa Estrada Boiadeira é aquela famosa estrada que o Presidente da República, o Lula, quando veio para o Paraná ou para o norte do Paraná, anunciou a construção dessa rodovia, a exemplo daquilo que também fez, já anunciou duas vezes a construção da ponte em Foz do Iguaçu? Não é essa estrada?

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pois é, essa estrada virou conto de fadas! Virou uma história que ninguém acredita! Por isso é que eu fui ver pessoalmente. Olhem as fotos. Fui verificar se realmente existia essa estrada, porque de tanto que falam, falam, de repente, só falam, é uma lenda, não existe. Na verdade existe a estrada e muitos utilizam, motoqueiros, caminhões. Encontrei vários caminhões carregados de cana trafegando por aquela estrada.

É uma dificuldade, porque todo dinheiro que foi investido nessa estrada já foi perdido. Agora, tem que começar do zero de novo. Então, a nossa cobrança é para que recomece. Por que ficar lembrando aqui? É que aqui é o lugar para discutir, para falar dos projetos.

O Sr. Edgar Bueno (PDT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado, na verdade, quero lembrar que essa Estrada Boiadeira foi inaugurada dessa mesma tribuna pelo Prefeito de Campo Mourão, no mínimo por quatro vezes. Ele vinha, fazia discurso.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Qual Prefeito de Campo Mourão?

O Sr. Edgar Bueno (PDT)

Nelson Tureck. Ele fazia isso quando era Deputado. Ele vinha e fazia aqueles discursos inflamados dizendo que, agora, o Jaime Lerner iria fazer a Estrada Boiadeira. Eu vi, no mínimo, umas quatro inaugurações dessa mesma tribuna.

Agora, refletindo, lembrando que ele é um “requianista” de carteirinha, hoje. Não sei como funciona esse negócio de um dia ser uma coisa e outro dia ser outra. Estou lembrando que ele fazia esses pronunciamentos e, agora, estou sabendo, depois de anos, que tem mais 100 quilômetros aí que, para trafegar nessa Estrada Boiadeira, precisa, no mínimo, carro traçado. Não é isso, Miltoninho? No mínimo precisa de uma Toyota traçada para passar na tal Estrada Boiadeira, que foi anunciada por tantas vezes, não só pelo Tureck, mas com o apoio do Jaime Lerner e, agora, vamos ver se o Tureck vai fazer o discurso que o Requião vai fazer a tal Estrada Boiadeira. São algumas coisas inusitadas que acontecem na política.

Há poucos dias vi meu amigo Nelson Garcia, que foi Deputado tantos anos fazendo um discurso lá na “escolinha” do Professor Requião, dizendo: “Neste Governo fizemos e criamos mais empregos do que em toda história dos Governos anteriores!” Os Governos anteriores eram dele porque o Nelson Garcia era um “lernerista” de carterinha aqui. Quando criticávamos o Lerner, ele vinha para cima para fazer a defesa, porque fazia parte do Governo. Então ele deveria ter dito: “No nosso Governo Lerner não criamos tantos empregos como agora nós, no nosso Governo Requião, estamos criando!”

A incoerência no Paraná é um absurdo e, muitas vezes, fico aqui me perguntando: meu Deus, para que lado vai bater o vento? Para onde vai virar a biruta do aeroporto? Por que não é possível vermos tantos discursos incoerentes.

Parabéns por trazer esse assunto, não como uma futura obra realizada, mas como uma cobrança que V. Exa. tem feito. Parabéns e vamos lutar para que essa obra, um dia, possa acontecer na sua região.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Edgar Bueno, e também ao Deputado Elio Rusch que falou.

Depois, vou passar essas fotos aos Deputados e para o pessoal da imprensa.

Quero dizer o seguinte: eu me elegi pela Oposição e vou continuar firme da Oposição, defendendo os interesses da população. Tem projetos, aqui que voto a favor do Governo quando o projeto é bom para a população, mas mesmo que o Governador Requião faça essa obra por conta própria, que ele prometeu fazer metade, não vou mudar de lado, aqui, só por causa da obra. Quero sim que essa obra seja feita pela região porque, desde 1960, não fizeram até agora. É importante para o estado do Paraná. Essas fotos são para mostrar que o nosso papel não é o discurso, é a cobrança ao mostrar a realidade. Às vezes, posso vir aqui e falar até com dificuldade, não sou bom de discurso e não consigo contagiar os Deputados. Embora eu saiba que os Deputados tenham consciência de quem fala e faz e de quem só fala.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Waldyr Pugliesi.

O Sr. Waldyr Pugliesi (PMDB)

Deputado, o assunto trazido a esta Casa, mais uma vez por V. Exa., é de grande importância. Lembro-me de quando estive no comando da Secretaria dos Transportes, uma das metas que nós, da Secretaria, tínhamos, era trabalhar muito no sentido do asfaltamento desse trecho, que deve ser de pelo menos 41 quilômetros, para fazer a ligação que é esperada há tantos e tantos anos.

Gostaria de também rememorar, que em muitas campanhas políticas ouvi as informações que haveria o asfaltamento da estrada. Mas, nos deparamos com a realidade de que a estrada é federal. Existia uma ação do Ministério Público que interveio, de que através da realização de obras que forem feitas, impedir a degradação do meio ambiente. Agora, tenho a informação de que o Departamento Nacional - DENIT está programando ainda para que este ano a pavimentação desse trecho. Sou otimista e acredito que o Governo Federal querendo, pode fazer uma parceria com o Governo Estadual e resolvermos definitivamente esse problema.

V. Exa. está de parabéns por levantar e trabalhar no sentido da resolução desse problema.

Obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Agradeço as suas palavras, Deputado Waldyr Pugliesi.

Lá existem três lotes ainda que faltam, para que essa estrada seja concluída. O lote dois, 19,5 quilômetros. Voltarei na semana que vem e vou falar mais sobre o assunto dos três lotes que faltam, em que cidade está cada lote. Fui atrás dessas informações, ao próprio DENIT e tenho cobrado, porque o Governo Lula tirou o dinheiro que estava previsto no orçamento, para esse ano, na Estrada Boiadeira, mais de R\$ 50 milhões. Quero mais uma vez pedir o apoio aos Deputados do PT, para que nos ajudem que essa estrada seja concluída.

Obrigado aos Deputados que nos apartearam.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Plauto Miró.

(Não se encontra)

Concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch.

Liderança do Partido Democratas: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Para quem assiste, lê ou ouve, jornais, televisão ou rádio, nos últimos dias tem se deparado com as notícias que envolvem um possível dossiê fabricado na Casa Civil da presidência da república, que nos causa estranheza e não podemos admitir, é a forma como se procura inverter os fatos, Deputado Valdir Rossoni. Não quero chegar a ponto de fazer um comparativo do dossiê, quem fez, vamos supor com um ladrão, um assassino. Mas, parece-me que quando existe alguém que infringe a lei e alguém que denuncia o infrator, o criminoso não é quem infringiu a lei, o criminoso agora é para ser aquele que denunciou o criminoso.

Por que digo isso, Deputado Nelson Justus? Porque há questão de umas três semanas, quando começou a se falar do dossiê de Brasília, quando a Oposição levantou as questões em relação aos gastos excessivos, através dos cartões corporativos do Governo Federal, e para intimidar a Oposição largaram um documento fabricado e elaborado no Palácio do Planalto que chegou ao conhecimento da imprensa e a grande imprensa tem noticiado isso.

Eu, nesta tribuna, Deputado Milton Pupio, tenho falado o seguinte: o Presidente da República, o Luiz Inácio Lula da Silva, há questão de uns 30 dias ou pouco mais, e ele disse que a mãe do PAC, tinha nome, chamava-se Ministra Dilma. E eu disse, daqui da tribuna, espero que essa Ministra não receba nos primeiros dias mais um título de ser mãe do dossiê. E tudo faz crer que seja ela ou ao menos os seus assessores que tenham fabricado esse dossiê contra o ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Agora, vem o Ministro da Justiça, o Tarso Genro, e diz que a Polícia Federal vai investigar não quem fabricou o dossiê, Deputado Caíto Quintana, mas vai indicar e vai apurar quem vazou o dossiê, quem divulgou o dossiê. Então, eu pergunto: o ladrão que rouba, o assassino que mata não é criminoso. Então, eu pergunto; o ladrão, vamos condenar quem denunciou o ladrão? Espera aí, o crime é de quem vazou, de quem viu, de quem divulgou? O criminoso é aquele que fabricou ou aquele que fez com que as coisas aparecessem em público, porque nada aconteceu por um acaso?

O ex-Presidente da República, logo depois que surgiu essa dúvida, disse: “Vamos fazer o seguinte, eu abro o meu sigilo e deixo a sociedade saber quais foram os gastos feitos pela presidência da república e também pela primeira dama Ruth. Ele disse: “Eu espero mesmo que o atual Governo também o faça”. Mas, nada pode acontecer pelo atual Governo, o atual Governo esconde números. O atual Governo tem a maioria absoluta na CPI Mista do Congresso Nacional. E nos parece que uma 2ª CPI deve sair, dessa feita só no Senado, para apurar esses fatos.

Agora, o que lamentamos - e nós somos Deputado Estaduais, não somos Deputado Federais e muito menos Senadores - profundamente, é da forma como procura se desviar, a blindagem que se faz ao redor do Governo Federal é algo inacreditável, é algo que não dá para imaginar. Quer dizer, quando você vê o Governo Federal, você acha que é o melhor homem do mundo. O Lula tem as suas virtudes, sim, eu respeito o Lula pelas suas qualidades, é uma pessoa carismática, é um homem popular, é um homem que nasceu dos movimentos, é um homem que se criou no sindicato, liderou as primeiras greves no Brasil, que a vida inteira só soube negociar, negociar com os grevistas e com as empresas e ele tem toda a habilidade que lhe é peculiar e ainda assessorado por pessoas que blindam e fazem a blindagem que nada atinge o Presidente da República.

Agora fazem uma outra blindagem ao redor de quem? Da Ministra Chefe da Casa Civil, Ministra Dilma Rousseff. Mas espera aí, gente, vamos dizer como a própria Ministra, eu tomei conhecimento, ouvi pela imprensa, não vi, eu ouvi pela imprensa que ela tem telefonado para a ex-Primeira dama, a Ruth, pedindo desculpas pelo vazamento de algumas informações e ouvi no Senado da República, não sei se foi o Arthur Virgílio ou José Agripino, dos Democratas, mas algum dos Senadores tem falado, é impossível que a Ministra tenha faltado com a verdade quando ela ligou para a ex-Primeira dama e disse que ela não tem nada a ver com esta história.

Pois bem, se ela não tem nada a ver com esta história, então que responsabilize. Agora responsabilize quem fez e não venham com esta história agora de entrar a Polícia Federal - a Polícia Federal tem que entrar sim para ver quem fabricou quem elaborou e por que foi divulgado.

Agora, acredito, acima de tudo na justiça, na lealdade e na sinceridade daqueles que apuram efetivamente os fatos.

Deputado Plauto, peço desculpas V. Exa. - o senhor estava inscrito no Horário dos Democratas, mas quando foi chamado o senhor não estava no plenário e para não deixar em branco eu digo, não, eu vou usar o horário do nosso partido de lembrar exatamente esse fato que está acontecendo em Brasília, porque o nosso partido lá em Brasília, junto com o PSDB, não admitem da forma como está sendo conduzido. Tem que responsabilizar? Tem que responsabilizar.

Ora, agora já falam porque o Ministro do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que gastou R\$ 60 com cartão corporativo num hotel quando fez uma massagem, e ele tinha problema, R\$ 60 - isto se divulga - agora 6 milhões, 60 milhões, 600 milhões, 1 milhão - isto não é número para homens que estão administrando hoje.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Permite-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Tenho acompanhado a guerra dos cartões corporativos dos dois Governos.

Acho que a população que está nos assistindo só quer uma coisa - mostra dos dois - para com esta balela de culpa um, culpa outro, atribui culpa a A ou B - vamos mostrar dos dois e acabou-se.

O povo sabendo, o povo que julgue.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Mas, Deputado Rossoni, é isto que falei - o ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, disse: "Vamos divulgar, abra sua conta". Ele divulga e ele espera que o atual Presidente faça o mesmo.

O Sr. Elton Welter (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Adianta divulgar, por exemplo, quando o Fernando Henrique, vou dar um exemplo, estava aqui no Brasil, recebeu o Busch, ele acabou fazendo uma cortesia, uma gentileza, servindo uma champanhe boa, champanhe de mais de R\$ 2 mil.

Acho que isto foi cortez por parte do FHC. Adianta ficar espalhando isto para o país inteiro? Esse não é o debate político, porque é uma autoridade do país que tem a maior riqueza do mundo.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Mas, Deputado Elton Welter, V. Exa. haverá de concordar comigo - independente onde se gastou ou não se gastou - já que o ex-Presidente abriu as contas, então, os senhores que são da bancada do PT aqui do Paraná, então por favor, mandem um documento assinado pela Bancada do PT do Paraná, digam que vocês querem a transparência - o PT do Paraná pede que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, siga o exemplo de

Fernando Henrique Cardoso - abra as contas e mostre para a sociedade do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Antonio Belinati, do PP

(Ausente)

PT com a palavra Professor Luizão

Liderança do PT: Deputado Professor Luizão

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Relato aqui uma reunião que tivemos hoje, na Secretaria da Educação, juntamente com a APP - Sindicato, representante da Secretaria da Administração, Secretaria do Planejamento, onde discutimos a perspectiva do magistério paranaense ter um reajuste salarial diferenciado no mês de maio e outras questões relacionadas com a Educação no Paraná.

Avaliamos os números e estamos bastante otimistas, que é possível, sim, que o magistério paranaense tenha um reajuste diferenciado, um percentual acima da inflação do período de um ano, o que prevê a lei que aprovamos no ano passado. Isso por quê? Porque a arrecadação do 1º semestre deste ano demonstra que devamos ter um acréscimo em relação ao orçamento que aprovamos aqui no ano passado. Isso vai permitir, claro, em todas as Secretarias, um aumento de recursos para o que estava previsto. Na Secretaria da Educação como nós temos, no Paraná, o privilégio de ter 30% dos recursos do orçamento destinados para a Educação, evidente que isso nos dá a garantia de, além de termos aí escolas equipadas, material didático, reforma, ampliação e construção, teremos a possibilidade de ter o magistério bastante valorizado.

Estamos avaliando os números, avaliando o orçamento e é claro que temos que avaliar também no orçamento geral do estado, no item funcionalismo, gasto com pessoal, respeitado o índice da Lei de Responsabilidade Fiscal. Sabemos que o Governo Requião está para inaugurar novas penitenciárias e evidente que para isso terá que contratar novos servidores. Também vai inaugurar novos hospitais, no Paraná, e deverá contratar servidores também para fazer funcionar esses hospitais. Avaliando tudo isso, assim mesmo, acreditamos que teremos a oportunidade de recuperar um pouco das perdas que tivemos, o magistério paranaense, nos Governos anteriores, que hoje soma 38% de perdas salariais. Se nós, a cada ano, pudermos ter um reajuste acima da inflação do período, certamente estaremos em breve recuperando quase as perdas que tivemos no passado. A principal garantia disso - é que o Paraná fez constar na lei estadual que destina 30% para a Educação.

Também temos aí, até o final deste semestre ainda, a possibilidade de dobra de padrão para os professores concursados no Paraná. Professor que tem um padrão, que hoje já leciona 40 horas/aula, terá a possibilidade de dobrar o padrão, ele terá as 40 horas no cargo efetivo.

Também temos a possibilidade do plano de carreira dos funcionários da escola, temos esperança que até a metade do ano também estará aqui o plano de carreira. No início do 2º semestre a nomeação dos professores que passaram no último concurso público, aqui no Paraná.

As perspectivas para a Educação são boas. Acredito que neste ritmo, em breve, iremos melhorar muito a Educação no nosso estado.

Concedo aparte ao Deputado Pércles de Mello.

O Sr. Pércles de Mello (PT)

Obrigado, Deputado Luizão. Quero parabenizar pelo seu pronunciamento. Acompanhei hoje duas negociações, infelizmente não pude estar presente, certamente o senhor esteve. Tenho falado nas escolas, nas universidades, que o momento é muito bom. O princípio estabelecido pelo Governo do Estado de aumentar de 25 para 30 a porcentagem do orçamento para a Educação abre esta possibilidade histórica. Mais que isso, o Governo tem tido uma previsão orçamentária pessimista, no ano passado já aconteceu isso, as receitas aumentaram bem mais do que o Governo havia previsto. Temos condições reais de dar aumento para os trabalhadores da Educação, queria chamar atenção também para os docentes das universidades. Há uma defasagem, hoje, histórica e também uma defasagem com relação às outras instituições públicas estaduais e federais.

Então, vejo com bons olhos. Estou animado, mesmo porque a Educação está no centro da problemática destacada pelo Governo Federal - PDE. Hoje falta mão-de-obra qualificada no Brasil, ou seja, a Educação, além do sentido histórico da sociedade, hoje o Brasil se defronta com o crescimento econômico. Não será possível, viável, se não resolvermos os gargalos da Educação.

Estarei em Brasília na semana que vem, Deputado Luizão, acompanhando a Conferência Nacional de Educação - CNE. Agora mesmo falávamos com o Deputado Romanelli junto ao Reitor de Ponta Grossa, precisamos também conversar com o Governador e auxiliar a negociação dos professores das universidades do Paraná, além dos funcionários.

Parabéns, pelo seu pronunciamento. Estaremos juntos nessa luta, Deputado Luizão.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Deputado Pércles, V. Exa. que também é professor sabe muito bem que um professor sendo valorizado no seu salário certamente o resultado do seu trabalho prático, no sentido de prestar um bom trabalho para a educação, também é verdadeiro.

Quero me reportar ao comentário sobre a Estrada Boiadeira. Apesar dos cortes no orçamento, não tenho

dúvida que esta obra vai ser realizada, porque a obra está em processo de licitação. O Governo Federal assumiu esse compromisso, diferente do Governo anterior que prometeu.

Com o aparte o Deputado Jonas Guimarães.

O Sr. Jonas Guimarães (PMDB)

Gostaria de também esclarecer, como Deputado, Cianorte pertence a essa Estrada Boiadeira e faz divisa com o nosso município. Também preocupado com essa estrada e muitos pedidos das pessoas que lá moram e, também dos outros municípios que vêm do Mato Grosso, que dá saída para Maringá, da importância do término dessa rodovia.

Estive lá. Estive também no Departamento Nacional de Infra-estrutura dos Transportes e estive conversando com o Davi, que é a pessoa encarregada. Inclusive estive lá na estrada, o nosso amigo Douglas Fabrício deve ter visto isso, já a placa colocada na estrada, do início das obras. Já está sendo licitada essa obra e, se Deus quiser, acredito que a Boiadeira desta vez vai sair. É de suma importância para todos nós que lá vivemos e também para o estado do Mato Grosso do Sul, para dar vazão dos produtos que passam pela ponte em Bicaraima, aquela grande ponte que sai do Mato Grosso do Sul para o Paraná e também de Porto Guaíra.

Então, para transportar os produtos de Palotina, de Assis Chateaubriand, de Guaíra, de Umuarama, de Mato Grosso, é lógico que vai encurtar o caminho, e muito, a Estrada Boiadeira. É de suma importância. Mas, esse trecho de Campo Mourão até Guaraitava, que já está pronto, por sinal uma excelente estrada, só falta 40 quilômetros para chegar em Cruzeiro do Oeste, inclusive, a terraplanagem já está pronta.

Por isso, acho que trabalhamos aqui junto com os Deputados Federais e acredito que agora a Estrada Boiadeira vai ser concretizada e com certeza vai ser construída.

O Sr. Elton Welter (PT) (Aparte)

A responsabilidade política do Governo Lula fez um planejamento para consolidar a infra-estrutura de transporte rodoviário, ferroviário, e outros setores também. A Boiadeira está no PAC e certamente vai ser executada, não é uma brincadeira. Teve cortes na união, no dia de hoje está nos jornais, foi também fruto da sustação de 40 bilhões de CPMF. A Boiadeira vai sair. Eu também já conversei com o Davi, que é o Coordenador do DNIT do Paraná e, de fato, a ação está bem adiantada e a obra vai começar.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Então é uma garantia que o povo paranaense tem que a obra está em processo de licitação e vai acontecer, apesar das perdas orçamentárias provocadas pela derrubada da CPMF, que causou um grande prejuízo principalmente para a população que mais precisa, é onde o

dinheiro seria utilizado, principalmente na área da Saúde, mas o Governo Federal está fazendo uma readequação no orçamento e vai cumprir os compromissos assumidos, com certeza, apesar das dificuldades da perda, que é uma perda enorme, 40 bilhões anuais que vai deixar de arrecadar com a perda da CPMF.

Gostaria de falar em relação ao dossiê, ao vazamento das informações, mas deixo para amanhã.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra, no horário do Governo, ao Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

A Feira Agropecuária de Londrina, 48ª versão, tem como tema principal: Em Busca da Produção Sustentável. Considero essa escolha tão feliz, tão oportuna, que não posso deixar de fazer um pronunciamento a esse respeito.

É histórico e sabemos que o nosso estado é um estado agropecuário. Ocupando 2% do Brasil, produz 25% de toda produção de grãos. Mas é forçoso admitir que o estado, nos últimos 100 anos, retirou 92% da cobertura florestal original. O que temos hoje não chega talvez a 8%.

Forçoso lembrar que o estado derrama 4 milhões de quilos de veneno todo ano em seu território. Uma cifra assustadora de 66 quilos por minuto.

Quando este estado essencialmente agrícola, agropecuário na sua essência, escolhe pela sua entidade representativa na grande maioria dos produtos rurais, o tema “Em Busca da Produção Sustentável”, é preciso parar e analisar.

As entidades que representam estão entendendo, não tenho dúvidas, que é preciso mudar o paradigma de produção. É preciso que se respeite as leis dos homens e sobretudo as leis naturais.

É fundamental se fazer a mata ciliar e isso é sustentabilidade. É imperioso se fazer a reserva legal e isso é sustentabilidade. É imperioso fazermos uma discussão sobre alternativas energéticas no Paraná e isso não pode mais tardar.

É fundamental questionarmos se o modelo de produção agrícola e agrário é o mais adequado. Parece-me que a sociedade rural do Paraná acerta em cheio quando propõe isso aos seus associados, incorporando valores que são fundamentais para todos nós. Até porque acredito que preservar dá lucro. É fundamental que entendamos isso. Preservar dá lucro. Talvez não dê um lucro imediato no bolso do cidadão, mas a terra, o ar, a água são bens muitas vezes não renováveis e o lucro aí está num serviço que a natureza nos presta.

Por isso, não poderia deixar, como Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Assembléia, de enaltecer a figura do seu Presidente Alexandre Kireef, da Sociedade Rural do Paraná, dos demais Diretores, dos produtores agrícolas, dos expositores que transformam não apenas a cidade de Londrina, hoje, num palco de debate da mais ampla significação, mas induzem as consciências dos demais de que devemos tomar um outro rumo. Ter um novo paradigma, o da sustentabilidade.

Não é à toa que a feira já é um exemplo de sucesso, de público, de movimentação financeira, de expositores. A movimentação financeira que no ano passado foi de R\$ 166 milhões, está prevista para 174 milhões. Os animais expostos, de 8 mil para 14 mil e 200. Os expositores aumentam, enfim, aumenta o grau de consciência desta gente, que tenho certeza absoluta que faz coro com o que há de mais moderno e mais progressista, hoje, no estado, que é a discussão da sustentabilidade.

Por isso, minhas palavras, tenho certeza, de todos os Deputados, se aqui fizessem referência a esta feira de Londrina, seria dos mais altos elogios, porque não há de quem estamos, sem assim for feito, no caminho adequado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário destinado à Liderança do PDT, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Imagino o telespectador da TV Assembléia Legislativa. Imaginem aqueles que nos acompanham aqui no plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O Deputado Valdir Rossoni, Líder da Oposição, vem aqui e conta uma história do porto de Paranaguá. Traz números, traz dados, e nós, ouvindo. Todos, ouvindo. É o Canal da Galheta, que só consegue passar um navio. Que tem 30 e poucos navios, esperando para entrar e que é uma dificuldade o custo do porto. Aí o Deputado Valdir Rossoni foi a Paranaguá, ontem, e se reuniu com um grupo de pessoas e este grupo dá mais informações ao Deputado Valdir Rossoni.

Aí, vem o outro lado da história. Vem o Deputado Líder do Governo, o eminente Deputado Luiz Claudio Romanelli, vai àquela tribuna e diz o seguinte: “Não é nada disso que o Deputado Valdir Rossoni está falando. O que o Deputado Valdir Rossoni está falando não é verdade”.

E nós, assistindo. E o povo assistindo. Aí, eu proponho, diz o Deputado Luiz Claudio Romanelli, trazer aqui o Diretor de Operações do porto de paranaguá. Mas aí, ele vem aqui e o que é que vamos fazer? Vamos ouvi-lo, aqui no plenário, para que este mesmo público que está nos assistindo, para aqueles que estão nos acompanhando, tirem todas as suas dúvidas? Ou vamos fazer aquela proposta, daquele dia, aqui da tribuna.

Volto a fazer esta proposta, porque o povo, na verdade, quer uma atitude de todos nós. Vamos sair daqui, agora ou qualquer outro dia, mas sem avisar a direção do porto, Deputados da Situação, da Oposição, vamos todos lá para o porto de Paranaguá, vamos com nossos carros, vamos fazer uma visita ao porto. Tenho certeza que os Deputados, tanto os da Oposição com os da Situação, iriam até o porto de Paranaguá. E seria ótimo.

Inclusive, queria abrir este espaço do PDT para debatermos esta questão, que é da maior importância. Você já pensou em levar junto o Deputado Waldyr Pugliesi, com toda a história decente dele, com todas as informações que ele tem, porque ele já passou por lá e as contas dele foram aprovadas. É importante dizer isso, Waldyr Pugliesi. Levar o Deputado Nelson Justus, que foi Secretário dos Transportes do Paraná e era responsável também pelo porto de Paranaguá, com toda experiência dele, já pensou que maravilha, os Deputados, Deputadas desta Casa indo todos a Paranaguá, visitando o porto de Paranaguá, mas sem avisar nada, de surpresa?

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Luiz, agradeço o seu pronunciamento que vem ao encontro do que eu penso, mas quero colocar aqui uma preocupação. V. Exa. sabe que isso acontece. Ontem quando eu me desloquei para Paranaguá queria levar vários Parlamentares, fiz a proposta. Mas acontece que as pessoas têm medo, todas as pessoas, eu vou citar aqui um cidadão que se pronunciou no ano passado e foi penalizado, foi o Comandante da Capitania dos Portos, Ravanelli se não me falha a memória, ele simplesmente falou a verdade e alguns dias depois estava fora. Então, as pessoas que dependem do porto, que trabalham no porto, que entendem do porto, elas têm medo de se expor, porque depois não se toma uma atitude decente, coerente e se parte para a perseguição. Isso aconteceu nos últimos anos. Então, essa é a preocupação. Se nos deslocarmos agora para Paranaguá não encontramos ninguém, porque o temor tomou conta do porto.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Mas nem no porto vamos encontrar?

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Não. No porto talvez vamos encontrar os Diretores que vão estar com o mesmo discurso de que estamos equivocados. Eu quero saber se estamos equivocados ou estamos certos, porque as informações que eu recebo são gravíssimas.

Agradeço o aparte.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Olha, a palavra do Deputado Valdir Rossoni, como a palavra de qualquer Deputado desta Casa, Deputado Kielse, a palavra tem fé pública, a palavra do Rossoni

tem fé pública, a palavra do Deputado Romanelli tem fé pública, mas é preciso agora saber o que realmente está acontecendo.

Então, ofereço com todo prazer um aparte ao Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado Luiz Carlos Martins, em primeiro lugar quero eu dizer que as suas palavras vem ao encontro do que estava pensando, que é de fato promovermos um esclarecimento desse tema com quem apropriadamente pode fazê-lo. E entendo que V. Exa., como Líder do PDT, tem uma grande responsabilidade de conversar com o Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, e fazer com que esta Casa possa discutir o porto não com política-gem, mas discutir isso com política com P maiúsculo. E a minha proposta que fiz hoje e lancei aqui publicamente esse tema, aliás, foi aceito pelo Deputado Valdir Rossoni, que ao término do meu pronunciamento veio aqui me comunicar, quero trazer aqui nesta Casa, numa das Comissões, pode ser a de Obras, ou de Fiscalização, acho que o entendimento nosso é a de Fiscalização, para que o Diretor de Operações do porto, que se chama Glauber Candian - essa é a informação que eu tenho, eu fui buscar essa informação - possa vir aqui, que é a pessoa especializada, para responder e explicar tudo.

Entendo que a Oposição deve trazer essas pessoas que o Deputado Valdir Rossoni disse que se reuniu às portas fechadas, que eles possam vir assessorar os Deputados da Oposição para fazer os questionamento...

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Mas, Deputado Romanelli, por que não fazemos então - não existe objeção por parte da Oposição em trazer quem quer que seja do porto - por que não fazemos então essa reunião pública aqui no plenário, com a transmissão da televisão?

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Mas da Comissão se faz também com transmissão de televisão.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

No horário aqui, numa grande discussão, com plenário cheio, aí tenho certeza que todos não vão temer vir aqui, como afirmou o Deputado Rossoni.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

A minha oferta está publicamente posta, a Comissão de Fiscalização, que é presidida pelo Deputado Artagão, pode receber todos, marcamos uma data, a sugestão do Deputado Rossoni foi que fizéssemos, na próxima terça-feira, às 10h da manhã. Entendo que é possível fazer esse encontro.

Vamos ter esse tema bem esclarecido, com quem entende do porto.

É o momento de fazermos essa conversa, inclusive com a participação dessas pessoas que têm feito os questionamentos.

Certamente, esclareceremos esse tema. Muito obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Entendi, pelas colocações do Deputado Valdir Rossoni, que o porto de Paranaguá se transformou no porto do medo.

O Sr. Reni Pereira (PSB) (Aparte)

A sugestão era a Comissão de Obras Públicas, presidida pelo Deputado Marcelo Rangel. Agora mudou para Fiscalização?

Muito obrigado.

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas) (Aparte)

Nada melhor que o Plenário e presidida pelo Deputado Nelson Justus.

Muito obrigado!

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Quem propôs a Comissão de Fiscalização foi o Deputado Valdir Rossoni.

Está mantida aqui a minha oferta para fazer a reunião na Comissão de Fiscalização, como o Deputado Valdir Rossoni propôs.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

O povo quer que seja aqui, transmitida pela televisão.

Parabéns ao Deputado Mauro Moraes que conseguiu trazer o Secretário da Segurança Pública para esta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrando o Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uma notícia que está na internet, diz respeito ao abuso que alguns canais de televisão têm cometido, e de um modo geral, o grande nível de programação das principais redes de televisão do Brasil.

A Rede Globo, que hoje é consagrada em quase todo planeta Terra, muitos de seus programas são exibidos na Europa, Ásia, África e com grande índice de audiência.

A Rede Record também está com canal internacional, levando as imagens do Brasil para o exterior.

Tem o SBT, um pouco cambaleando em sua programação. Silvio Santos está meio cansado, é uma pena!

Mas, há essa briga pelo primeiro lugar. De um modo geral, o Brasil está de parabéns com essas redes poderosas de televisão.

Se de um lado fazemos o registro pela prosperidade que essas redes alcançaram no mercado brasileiro e no mercado internacional, tenho que registrar também que se a televisão tem um lado bom, como quase tudo tem, infelizmente, tem seu lado ruim, seu lado maléfico, seu lado maligno na formação das crianças, dos adolescentes e até da nossa juventude.

Ninguém pode negar que é a televisão que lança moda. Um artista aparece em uma novela com um penteado e na mesma semana vira moda no Brasil. Uma artista famosa se destaca em uma novela ou num reality show, no dia seguinte, o penteado, o vestido, o sapato, a sandália, passa a virar moda em nosso Brasil.

Então, a televisão é um grande instrumento e, às vezes, perigoso. Ainda agora, o Ministério Público Federal teve a coragem de aplicar uma multa à Rede Globo de Televisão porque, na ânsia de conquistar o 1º lugar em audiência, a Globo apelou feio na novela *Duas Caras*. Muitas cenas de prostituição, de homossexualismo e de violência na novela. O que isso contribui para formação dos nossos jovens? Pelo contrário, só instiga o nosso jovem. Acaba sendo até um incentivo à homossexualidade.

Um mau programa de televisão acaba induzindo o nosso jovem a virar um usuário de drogas, de bebida alcoólica ou até mesmo do próprio cigarro, pelo anúncio institucional que a novela injeta porque está recebendo patrocínio dessas grandes indústrias, ou do cigarro ou da bebida alcoólica. Então, de repente, o Ministério Público Federal aplicou uma multa para a Rede Globo de 1% sobre o faturamento total da novela *Duas Caras* porque houve apelação. E não é só a Globo não: outro dia, a Rede Record do Bispo Edir Macedo, também levou um puxão de orelha, uma bronca do Ministério Público Federal porque, igualmente, a Rede Record, que é de uma Igreja, estava apelando. Na guerra pela audiência, eles acabam passando por cima de tudo, sem esquecer o perigo que isso pode representar na formação dos nossos adolescentes e dos nossos jovens.

Para se ter uma idéia como a televisão, se tem o lado bom, também pode ser uma arma perigosa. Me lembro um tempo em que terminava o *Fantástico da Rede Globo* e, em seguida, passava um filme, às 10h da noite. No filme, então exibido pela Rede Globo, tinha uma cena de suicídio e um jovem, na sala de televisão da sua casa, aqui no Brasil, vendo a Globo, 10 e pouco da noite, presenciando a cena de suicídio naquele filme, ele foi lá, amarrou alguma coisa no trinco da porta do seu quarto e se suicidou para imitar o que ele tinha acabado de ver num filme da Rede Globo, num horário tão nobre.

Até o desenho Chaves que é uma comédia mexicana que o Sílvio Santos passa no SBT. É uma comédia gostosa, divertida, antiga, mas outro dia teve também uma cena de suicídio, de gozação e, novamente, aqui no Brasil, uma e pouco da tarde, alguém vendo aquela comédia do Chaves na TV, no SBT, foi plagiar, foi fazer igual, foi imitar e acabou cometendo o suicídio porque quis imitar uma cena violenta projetada e não é normal, não faz parte do script tradicional dessa comédia chamada Chaves.

Então, Sr. Presidente, estamos aqui como pai, como avô, para elogiar os grandes profissionais que trabalham na televisão brasileira e alertar, ao mesmo tempo, esses Diretores dessas grandes redes de televisão para que tomem cuidado com o tipo de programa que é exibido, o que é mostrado na novela.

Se a televisão de fato quer acabar com o banditismo, com a criminalidade os estupros, os assassinatos, a violência, o uso da droga, quer de fato diminuir o consumo de álcool e de cigarro no Brasil, ela, através de seus Diretores, tem o dever e a grande obrigação de tomar cuidado com o tipo de programa que é colocado na tela e que tanto tem deformado a cabeça de crianças, adolescentes e jovens. Para que a televisão não possa ser um inimigo daqueles que prezam a família, como um instrumento ou instituição tão importante. Porque é sabido de que nada adianta você ter o maior dinheiro do mundo, ter uma família totalmente desagregada e desajustada, o filho alcoólatra ou tomado pelo vício da droga. Muitas vezes tudo isso foi ensinado através da tela da televisão e nos horários mais nobres.

Presidente e nobres Pares, lembro-me de uma ocasião, às 8h da noite, em que a televisão, na Globo, exibia um comercial em que uma moça beijava a outra na boca. Ora, a menina do interior vê aquilo na televisão e acha normal, agora, mulher beijar mulher na boca. Qual é a contribuição que a televisão traz neste particular?

Em nome das famílias que prezam a família como instituição, de nada vale o maior patrimônio do mundo, se você não tiver os filhos bem encaminhados na vida. É a maior herança que um pai ou uma mãe pode dar aos seus filhos, aos seus herdeiros. E, de repente, toda essa educação e esse ensinamento podem ser jogados por água abaixo, porque - volto a repetir, Sr. Presidente - lamentavelmente a televisão pouco contribuiu para a boa formação do nosso jovem.

Falando em violência, vi em Roraima, nesse final de semana, uma moça de 17 anos, filha de uma professora de 38 anos, pediu o carro para a mãe porque queria assistir o show da Banda Calypso. A mãe não quis dar o carro para a filha, menor de idade. A filha simplesmente pegou uma faca e deu 27 facadas na mãe, professora, matando-a. Deixou a faca ali, lavou a faca, tomou um banho, passou um perfume, um desodorante, uma maquiagem, pegou o carro para se encontrar com os amigos e foi assistir ao show da Banda Calypso. Essa jovem de apenas 17 anos deixou o corpo da mãe estendido, morto, dentro de casa e foi se divertir com os amigos.

Sr. Presidente, em nome até da segurança do nosso povo, porque à medida que um canal de televisão tão poderoso exhibe programas inadequados e no horário nobre, em nome das famílias de bem do nosso Paraná e do nosso Brasil - o nosso aplauso aos grandes programas da televisão brasileira - a nossa crítica. Pode ser que alguma televisão venha colocar uma notícia contra o Antonio Belinati - podem colocar - mas vou continuar firme aqui defendendo até a morte que a televisão, esta arma tão grande, seja usada para o bem e nunca para o mal.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência anuncia a presença do Presidente da Câmara e dos Vereadores de São Carlos do Ivaí, Sr. Paulo e Sr. José Solera, a pedido do Deputado Felipe Lucas.

Sejam bem-vindos à Casa.

Liderança da Oposição: com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, conversava há pouco com o Líder do Governo. Estava um pouco irritado com ele. E ele deu uma amaciada, aqui, agora, porque foi elegante. Eu gostaria que ele fosse elegante comigo sempre, porque certamente as nossas tratativas seriam diferentes.

Deputado Luiz Carlos, V. Exa. fez um brilhante pronunciamento, não falo aqui da questão do porto por trazer, me dá tristeza. Deputado Romanelli, uma pergunta que fiz às pessoas que se reuniram anonimamente comigo ontem: por que o Superintendente não toma as providências para dragar o porto? Vamos trabalhar aqui com a realidade, me desculpem, mas tenho que trabalhar com a realidade, até para superfaturar a obra, para ganhar propina, teria que fazer a dragagem. Então, o que não se entende é por que não fazer.

Então, em nenhum momento, Deputado Romanelli, quero com as ações, o que eu não vou admitir é o seguinte: cinco anos e meios depois eu não vou admitir que tenham vícios na licitação. Estou na Justiça por questões ambientais, por vícios na licitação, por erros na licitação, não obedecendo normas. Estou na Justiça, permanecerei na Justiça e vou entrar com mais uma agora, de responsabilidade, e esta obrigando o Superintendente do porto. Não adianta, não vai ser me intimidando com notícias, tentando dizer: "O Rossoni não quer a dragagem". Ora, está aqui a nota, Srs. Deputados, o ano passado quando veio aquela Comissão aqui na Casa, imbuída de boa intenção, soltei uma nota que eu não era contra a dragagem, que eu era favorável a que se fizesse o edital de licitação sem vícios, dentro da lei, obedecendo as normas ambientais.

Tenho um apartamento em Matinhos, andei em Matinhos, Deputado Luiz Carlos, acho que V. Exa. também tem apartamento em Matinhos, o que se ouvia falar em Matinhos? Agora, vão engordar a praia de Matinhos! É uma falácia, não existe isso. Outra coisa, Deputado Romanelli, sabe onde está enroscando também a questão ambiental? Era atribuição do IBAMA? E o Deputado, que foi Secretário, sabe o que estou falando, era atribuição do IBAMA. O IBAMA estava em greve atribuiu ao IAP. No mesmo dia em que os portos pediram a autorização, foi autorizado. Ora, qual é o estudo ambiental que foi feito?

Nenhum. Aí, está lá em Matinhos dizendo que vão engordar a praia de Matinhos. Inviável economicamente e ambientalmente.

Então, se pedirem para mim: “Rossoni, mas por que você fala da gravidade do porto?” Porque estou preocupado. Agora, por que o Superintendente deixa chegar a esse ponto? Juro que não encontro explicações. Juro! Porque se ele estivesse dragando o porto, nós poderíamos aqui estar levantando suspeitas sobre a licitação? Não. Eu não encontro explicações de deixar o porto a chegar nesse ponto.

Quero deixar aqui, já fiz a proposta ao Deputado Nelson Justus, respeitando a opinião dos Pares da Oposição, também acho, e, no propósito de contribuir, Deputado Romanelli, com o debate, eu aceito ir à igreja, ao parque, à Comissão de Fiscalização, à Comissão de Obras. Agora, seria muito mais bonito e transparente um debate aqui, até porque a população, as pessoas ficariam acompanhando pela televisão, àquelas pessoas que têm medo de falar o que está acontecendo, elas poderiam, através da internet, fazer perguntas. E nós poderíamos aqui fazer um grande debate e esta Casa cresceria em uma situação como essa. Agora, alguns podem achar que o Deputado Rossoni é inconveniente, é chato.

Deputado Luiz Carlos Martins, Deputado Elio Rusch, Deputado Belinati, àqueles que estou merecendo a atenção ao meu pronunciamento, nós não temos mais tempo, nós temos dois, três meses. Agora, eu pergunto, não há draga hoje no Brasil disponível para começar a dragagem? Aí falaram de comprar uma draga na China. Até comprar a draga na China vai cinco, seis meses, porque tem que se cumprir a lei, a lei obriga a fazer a licitação, a concorrência pública internacional - nada disto aconteceu, está tudo na estaca zero.

E aí, Deputado Dobrandino, se atenham a uma coisa: ah, mas nós podemos fazê-la emergencial ou dirigida, porque não apareceu ninguém para participar da concorrência. Não pode, porque quem indica a emergência é a Marinha. A Marinha está chegando hoje em Paranaguá com um navio, Deputado Nelson Justus, veja, o que estou falando aqui até parece que já trabalhei no porto, está chegando um navio hoje para fazer o levantamento altimétrico do Canal da Galheta e vai diminuir o calado. E quando estou falando em diminuir o calado, quer dizer que o navio vai sair com menos carga do porto de Paranaguá. Quem entende de porto, vejo aqui o Gava

que representa o setor econômico da nossa economia, aqueles que representam aqui a Federação da Agricultura, o ex-Deputado Fayet que deve estar me assistindo, porque ele é um profundo entendedor disso, tomara que o Eduardo Requião esteja me ouvindo porque ele vai causar um problema para o Governador Requião que vai ser uma vergonha nacional.

Agora, não queiram dizer que o Deputado Rossoni não quer a dragagem. O que o Deputado Rossoni não quer, depois de cinco anos e quatro meses de incompetência, de inoperância, de irresponsabilidade é que venham aqui fazer algo fora da lei. isto não vou admitir. Não vou admitir, porque em cinco anos e quatro meses deu tempo suficiente. Sabem quanto dias leva para fazer uma concorrência pública destas? Quarenta e cinco dias. É só querer. É só pagar. Agora, o que me parece é que o porto não tem dinheiro e então fica levando com a barriga, não se faz só que daqui a pouco vamos estar no Jornal Nacional, estaremos nas páginas dos jornais de circulação nacional, com o porto que nós falamos tanto e nos orgulhamos tanto e daqui a pouco nosso porto estará nas manchetes por uma notícia que nós estamos alertando.

Então, levem ao Ministro dos Transportes. O Ministro dos Transportes sabe disso. Só que está faltando ao Ministro dos Transportes coragem. O Presidente Lula teria que intervir no porto, pela situação caótica. Só que como que chega a notícia? Se no Requião não chegam as informações, ele que está ali do outro lado - às vezes ele pode até ouvir o nosso grito - não chega a informação correta, imagine no Presidente Lula como que chega. Ah, são os adversários do Governador Requião que querem causar constrangimento. Não quero intervenção! Acho que o Paraná é muito mais competente para administrar o porto, muito mais.

Mas, fica aqui o alerta, Deputado Luiz Carlos, vou a Paranaguá a hora que V. Exa. quiser, aceito qualquer proposta, até na praça, mas a grande demonstração de respeito seria nós convidarmos aquela Comissão que veio a esta Casa, empenhou a sua palavra em nome do porto de Paranaguá e foi enganada, porque nada aconteceu daqueles compromissos pelo Superintendente.

E acho que, Deputado Romanelli, quem tinha que vir aqui, na verdade, é o responsável maior - traz os Diretores, vamos no plenarinho, até pode ser no plenarinho, o Deputado Nelson Justus, democrático, coloca a televisão lá, todos os Diretores, ninguém vai faltar com o respeito, ninguém, nós vamos fazer questionamentos, quem está assistindo este pronunciamento, alguns dos questionamentos serão esses números que nós temos. Pode estar equivocado? Pode, porque estou recebendo informação.

Agora, que eu saí com a certeza absoluta ontem de Paranaguá de que estamos à beira do caos, à beira de um desastre e de um navio encalhar...

(Término do tempo)

Quero aproveitar o dia de hoje, quero deixar marcado - se não acontecer, ótimo.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Deputado, na beira do caos ou do cais?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Do caos. Do cais ela pode estar se deteriorando.

Então, quero deixar registrado aqui, educadamente, respeitosamente, mas Deputados, vamos trazer o Superintendente do porto, os Diretores, vamos sentar e discutir, vamos checar estes dados. Estou todo dia aqui me tornando chato, dizendo: Olha, é uma preocupação nossa! E vejo muitos Parlamentares aqui preocupados, certamente nós vamos saber fazer uma reunião de lideranças, liderada pelo Presidente Nelson Justus, vamos fazer aqui uma coisa transparente, não precisa ser em quatro paredes porque não há nada de excepcional, o que há é uma emergência porque o nosso porto pede socorro!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concluindo o Horário das Lideranças com a palavra o Deputado Romanelli, por 10 minutos, na Liderança do Governo.

***Liderança do Governo: Deputado
Luiz Claudio Romanelli*****O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje no início desta Sessão muitos dos senhores não estavam aqui porque muito justamente compareceram à posse do novo Comandante da Polícia Militar. Sai um homem honrado, Coronel Xavier, e entra o jovem que demonstrou já muita competência. o Coronel Anselmo que assume o comando da nossa Polícia Militar.

Sr. Presidente, quero iniciar minhas palavras, primeiro lamentando um episódio acontecido nesta tarde. Todos nós, aqui, em alguns momentos até podemos nos alterar um pouco, do ponto de vista da expressão do nosso pensamento, do nosso posicionamento, mas quero dizer, Deputada Rosane, que lamento muito a sua atitude de ter aqui da tribuna transformando uma brincadeira que é fruto de uma relação antiga, afetuosa, de um companheiro que é o Deputado Artagão de Mattos Leão. Além de integrar o nosso partido, o PMDB, integrar a minha Bancada, é o meu Vice-Líder na Liderança do Governo e com quem eu mantenho profundo respeito e um relacionamento, não só com ele, mas com toda a família dele já há muitos anos.

Por isso, quero entender que foi mau momento apenas esse seu, porque nesse plenário aqui nós conversamos coisas entre Governo e Oposição de forma muito franca e objetiva, obtemos informações, nos posicionamos, mas sempre o fazemos com o dever de lealdade em relação àquilo que o sigilo tem que ser imposto, aquelas questões que têm que ser tratadas a favor do interesse

público, mas de forma extremamente franca e objetiva entre nós.

É isso, lamento o episódio, dizer que o que a senhora disse aqui não é verdadeiro e que, seguramente, todas as tratativas que temos nesta Casa são sempre a favor do interesse público. Fundamentalmente os Parlamentares que apóiam nosso Governo, que apóiam o Governo Requião apóiam pelo dever de lealdade e de companheirismo. Diria mais até, V. Exa. muitas vezes votou com o Governo, que pensarão as pessoas que a senhora votou aqui com o Governo, por quê? Por convicção? É isso?

Concedo aparte ao Deputado Artagão de Mattos Leão.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Eu, na realidade, quero aproveitar este momento para dar uma demonstração de sobriedade e tranquilidade. A nossa história na vida pública não vem de hoje, não é uma brincadeira, e não é uma colocação equivocada que vai trazer qualquer tipo de mácula ou seqüela a qualquer tipo de nossas ações!

Tenho certeza que o que importa para nós e para a população que nos assiste, para o povo do Paraná, são as nossas ações, nossas conquistas, as nossas realizações em prol do Paraná! É muito delicada uma colocação inadequada, inconseqüente e que pode trazer interpretações diversas àquilo que foi dito e certamente não serão ligadas diretamente à brincadeira que estava sendo feita no momento, daonde foi captada a colocação feita nesta tribuna.

Então, lamentamos e torcemos para que esta passagem seja um aprendizado a todos e quem sabe seja uma lição positiva, porque a parte negativa já passou.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Muito obrigado, Deputado.

Quero agora tratar do tema que me trouxe a esta tribuna. Apenas acabei falando isto, porque de fato é um tema que as pessoas até me mandaram mensagens, as pessoas estranham este tipo de afirmação, os que me conhecem, e fiz questão de fazer um pronunciamento sobre este tema porque são necessários esclarecimentos.

Quero dizer ao Deputado Valdir Rossoni que muitas vezes V. Exa. que está aqui, agora, me ouvindo, muitas vezes temos aqui debates duros. Sobre o porto de Paranaguá eu não tenho dúvida de que V. Exa. tem-se aprofundado, tem interesse ao porto de Paranaguá. Não vão dizer que é outro tipo de interesse, não quer comprar o porto.

Na verdade é o seguinte: sabem quanto o porto de Paranaguá movimenta, em média, por dia, de carga? Cem mil toneladas de carga por dia o porto de Paranaguá movimenta. Hoje estão atracados no porto de Paranaguá 15 navios, 43 navios estão ao largo, à espera, para poder fazer a carga, a descarga da sua mercadoria. Vinte e dois

avisos de chegada em 48 horas. As operações portuárias se dão no turno das 24 horas do dia, nos 365 dias do ano, e se dão em prazos muito curtos, porque a capacidade de escoamento é muito grande, de cada um dos navios. Um navio vai colocar 30 mil toneladas, por exemplo, de soja e vai operar em 8 ou 10 horas, no máximo. Nem isso chega, rapidamente o navio se mobiliza.

O fato é o seguinte: tem 354 caminhões no pátio de triagem, hoje. Porque estou falando destes números? Tem um site, o www.portoparana.pr.gov, que cada pessoa pode acessar e ver a movimentação que ocorre no porto de Paranaguá.

V. Exas. vão verificar que o porto de Paranaguá já exportou este ano 35 mil automóveis! Que aliás é fruto da política automotiva implantada quando V. Exa. foi Secretário da Indústria e Comércio, das montadoras de automóveis, que aliás eu já disse desta tribuna hoje e vou repetir: diria que foi o único movimento positivo do Governo do Governador Jaime Lerner, foi implantar, de fato, as indústrias montadoras de automóveis. Não tenho dúvida em relação a isto. E está aqui o Presidente Nelson Justus, que é diretamente responsável, porque era Secretário da Indústria e Comércio, justamente quando da atuação destas montadoras.

Aquilo que é bom tem que ser falado. Agora, sinceramente, Deputado Valdir Rossoni e demais Parlamentares, a minha oferta de trazer o Diretor de Operações do porto, na Comissão de Obras e de Fiscalização, trazemos o Diretor de Operações, façamos uma reunião.

Não se deu por satisfeita a Oposição e os demais Parlamentares da própria base, podemos - se for o caso - convidar o Superintendente do porto. Mas, vamos trazer o Diretor de Operações, que poderá explicar o que está acontecendo.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT) (Aparte)

Desde que seja transmitido pela TV Assembleia, ao vivo, acho que pode ser até no corredor da Assembleia. Pode ser em qualquer dependência da Assembleia, desde que seja transmitido, para que as pessoas que nos acompanham tenham uma noção do que realmente está acontecendo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Transmitido pela TV Assembleia, certamente será. Não há nenhum problema com relação a este tema. O que estou tentando é colocar esta questão de forma racional, para ser discutida e debatida sem que possamos cometer os exageros. O tema do porto deve ser discutido, pode e deve ser discutido. É um direito da Oposição.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB) (Aparte)

Quero elogiá-lo e pela primeira vez ouço uma manifestação de reconhecimento do ex-Governador Jaime Lerner. Para parabenizá-lo.

E na sequência quero lhe dizer que não estamos aqui questionando os números do porto, pelo contrário,

todos os questionamentos são com relação aos problemas que o porto tem. É por isso que as Oposições querem, na verdade, essa conversa no plenário, para que possamos elucidar e trazer à luz da verdade todos os graves problemas que o porto de Paranaguá tem.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT) (Aparte)

Acho que não se trata de aceitar ou não aceitar a vinda do Diretor de Operações do porto, Deputado Romanelli. Acho que se trata de uma questão lógica. Está sendo debatida a questão do porto, se V. Exa. se propõe a trazer o Diretor aqui, acho que ele tem que vir e debater esse assunto.

Acho que a Oposição, aqui, pelo que percebi, já tem esse entendimento. V. Exa. está convidado a trazer aqui o Diretor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quero marcar para a próxima terça-feira, às 10h da manhã, presidida pelo Deputado Marcelo Rangel ou pelo Deputado Artagão de Mattos Leão. Para mim, tenho confiança nos dois Parlamentares, que de forma absolutamente regimental ouvir o Diretor, trazer os assessores, que o Deputado Rossoni coloca que necessariamente tem que fazer os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito a compreensão do Deputado Romanelli, bem como do Deputado Rossoni. Tenho certeza que as Lideranças da Mesa, da presidência, sentam e haverão de chegar a um acordo, para data e local com as pessoas, como sempre aconteceu.

Não teremos dificuldades nem só em trazer o Diretor do porto, como a Comissão que o Deputado Rossoni surgiu hoje pela manhã em visita à presidência. Acho que o objetivo de todos é o mesmo e não teremos dificuldades em fazer com que isso aconteça.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 669, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, com apoio dos Deputados Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni, Luiz Accorsi e Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a preferência para a discussão e votação do Projeto de Lei nº 076/08, item 07 da Ordem do Dia. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA (PMDB)
Verificação de votação.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)
Solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Será feita a verificação de votação.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)
Também há sobre a mesa um requerimento pedindo a inversão da Ordem do Dia. Primeiro pergunto se inverter não fica prejudicado?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Não. São dois requerimentos e nós vamos votá-los a ambos.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)
Sr. Presidente, retiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Certo. Os Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Elio Rusch permaneçam como estão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.
Será votado portanto o item 07 da pauta.

2ª Discussão

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 076/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 130/08, que altera a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ, nos dispositivos que especifica e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Há, agora sim, sobre a mesa, Requerimento nº 672, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, com apoio dos Deputados Douglas Fabrício, Chico Noroeste, Edgar Bueno e Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando a inversão da pauta da Ordem do Dia. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação do restante da matéria conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Discussão Única (Proposição)

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 111/07, veto apostado ao Projeto de Lei nº 154/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que dispõe sobre o uso e consumo de madeira reflorestada em obras públicas do estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

OF/CTL/CC nº 314/07

Curitiba, 18/09/07.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 218/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 154/07, por falta de interesse público, pelos motivos que passo a aduzir.

Objetiva o autógrafo o dever, pelo Poder Público, de utilizar em obras contratadas, madeiras reflorestadas, em todo o processo construtivo.

Primeiramente, ressalte-se que cabe à Lei Federal nº 8666/93, estabelecer normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, pertinentes à obras e serviços.

Ressalte-se, ainda, que em 2005 o Governo do Paraná editou o Decreto nº 4889, que estabeleceu procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo estado do Paraná. O referido decreto previu em seu artigo 1º, o seguinte:

Art. 1º As contratações de obras e serviços de engenharia que envolvam o emprego de produtos e subprodutos de madeiras deverão obedecer aos procedimentos de controle estabelecidos no presente decreto, com vistas à comprovação da procedência legal e subprodutos de madeira de origem nativa utilizados.

Vale, ainda, ressaltar que o Governo do Paraná trata a questão ambiental como prioridade e no Decreto 4889/05, estabeleceu os critérios a serem seguidos àquelas que busquem a contratação com a Administração Pública.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 154/07, encontra-se publicado no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 111/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 154/07 de autoria da Deputada Rosane Ferreira, dispõe sobre o uso e consumo de madeira reflorestada em obras públicas do estado do Paraná, foi objeto de veto do Sr. Governador Roberto Requião.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer de que o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 06/11/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Retorno à tribuna, e solicitaria aos Srs. Parlamentares, porque sei que o debate que antecede a votação de um veto e sempre intenso nos bastidores. Mas queria dizer a V. Exas. que trago informações que certamente poderão elucidar muitas das dúvidas que estão pairando sobre esse tema, porque é claro, um projeto aparentemente simpático do ponto de vista ambiental na medida que ele proíbe a utilização de madeira que não seja a madeira reflorestada para a execução das obras públicas no estado do Paraná. Queria que V. Exas. prestassem atenção porque o tema é relevante, muitos dos senhores aqui já foram Secretários de Estado, foram Prefeitos, foram Vice-Prefeitos, exerceram cargos públicos importantes. Quero dizer a V. Exas. que o projeto, ele não tem como ser mantido, e aí ser mantido é a modificação daquilo que nós temos hoje. Porque consultei pelos pareceres técnicos os diversos órgãos, consultei o TECPAR. Sr. Presidente, na verdade vou falar para as pessoas que me ouvem aqui, com o respeito que V. Exas. merecem, agradeço, e certamente V. Exas. poderão ter subsídios para poder discutir o tema. Mas o fato é o seguinte, busquei pareceres técnicos, e busquei esses pareceres por uma razão muito objetiva. Quem conhece a construção de obras públicas sabe, é impossível fazer programa habitacional, construir casa popular com madeira, seja ela de pínus ou eucalipto.

É impossível fazer um caixilho de madeira de pínus. É impossível fazer um oitão, uma estrutura de telhado com madeira de pínus. Seja para hospital, escola, creche, posto de saúde ou para casa popular.

É impossível tecnicamente! Os EUA possuem tecnologia para só utilizar madeira reflorestada, mas eles têm 100 anos de história de construção com aço e madeira. Eles trabalham com esses materiais, nós não.

A tecnologia que está apropriada pelo trabalhador paranaense é concreto, tijolo, areia e madeira.

Quando estava dirigindo a COHAB, parei de utilizar forro de pínus nas casas, porque era muito ruim o forro de pínus. Começamos a usar forro de PVC ou algum outro tipo de madeira. Madeira nativa vindo de florestas ambientalmente sustentáveis. Porque é isso que perseguimos. É isso que a legislação federal prevê.

E ainda tem o tema do ponto de vista legal. Não podemos pensar que vamos fazer uma licitação e vamos dizer que só pode usar madeira reflorestada. No mínimo, restringiríamos a oportunidade das empresas participarem. Esse é o parecer da Secretaria de Obras.

Os pareceres que tenho são todos pela manutenção do veto. O veto é contrário ao interesse público.

Então, peço a todos que, racionalmente, pensem que temos que ter posicionamento muito firme, porque a execução de obras públicas é uma responsabilidade de todos nós.

O projeto inviabiliza a construção de obras públicas no estado do Paraná, na forma como está redigido e vinculando a administração pública.

Peço a manutenção do veto a todos os Parlamentares.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Mexeram com a minha praia. Dessa questão eu entendo.

Deputado Luiz Claudio Romanelli, parece que nascemos para discordar.

V. Exa. talvez pensou que eu subisse aqui para mantermos o veto do Governador. Muito pelo contrário, aí é que está o equívoco do Governo do Paraná na visão da questão ambiental. Se você não incentivar o reflorestamento você faz o quê?

Estamos discutindo uma questão que mexe com o meio ambiente. Uma questão séria. Estamos discutindo um veto equivocando do Governador. Quero dizer a V. Exa., Deputado Romanelli, o seguinte: construo a melhor casa que você quiser sem trabalhar com madeira nativa. Trabalho com madeira reflorestada. Quero dizer a V. Exa. que não há necessidade de vetar o projeto da Deputada ora em pauta. Primeiro, se V. Exa. for nos Estados Unidos, eles importam pínus daqui para fazer as casas. Lá que tem neve, que tem tudo, eles constroem casas de pínus. Agora, não é só o pínus que podemos reflorestar, temos o eucalipto, que é uma madeira de dureza igual a qualquer madeira que venha da Amazônia.

Sinceramente, pensei que este projeto da Deputada Rosane seria um sucesso. Sabe, quem tira madeira nativa, hoje, no Paraná? São os pequenos picaretas, na calada da noite. Eu disse, outro dia, para o Rasca, lá em Pato Branco - me encontrei com o Rasca numa cerimônia que

teve lá - Rasca, se você quiser fazer fiscalização séria, com Força Verde, com IAP, fique de noite nas rodovias. Eles só andam de madrugada. Claro, derrubam mata nativa, área de preservação. Não tem nenhuma preocupação com este projeto. Este projeto seria o exemplo para a sociedade do estado onde o Governo poderia aplicar nas suas obras. Seria um grande exemplo. Poderia ser usado como marketing do Governo sendo favorável ao meio ambiente, dizendo o seguinte: "Nenhuma obra do Governo do Paraná é feita com madeira da Amazônia!" Estou dizendo isso porque construo, vejo, vendo, exporto a madeira para construir casas.

Só vou citar um fato, aqui, de um equívoco de um encaminhamento do Deputado Romanelli. Ele disse que não dá para fazer uma caixa de porta. Deputado, era para eu ter trazido e esqueci. Hoje, se faz o caixilho da porta de compensado que fica melhor que a madeira nativa. A tecnologia avançou e, infelizmente, estamos dando encaminhamento a este projeto da Rosane como na idade da pedra. Estamos em um novo momento. Este momento é um momento histórico. Poderíamos derrubar o veto do Governador e seria uma marca na história florestal deste estado.

Agora, o que o Governo do Estado tem, na verdade, é que implantar neste estado uma política florestal, porque se você não tem madeira, de onde você vai tirar? Você vai construir, você vai dar jeito. Agora, como o Governo não tem política florestal, o IAP não aprova um plano de reflorestamento e, agora, o Governo dá um péssimo exemplo aqui.

Outro dia trouxeram uma experiência que fizeram MDF de grimpá de pinheiro. Tudo que tem fibra dá MDF e tudo que vocês observarem, aqui, é MDF. O que é madeira, aqui, é MDF. O que é? Vou trocar, didaticamente, é madeira moída com cola prensada. Você produz o que você quiser só de madeira reflorestada.

Deputado Romanelli, ligue para o Governador Requião, ele está equivocado novamente. Vejo tanto discurso aqui, Deputado Cheida. Eu, sinceramente, vejo que há estudos, sei que é difícil colocar aqui, mas há estudos que não tem porque nós não derrubamos esse veto.

Peço aqui apelo até aos Deputados do Governo e àqueles que têm discurso ambientalista, vamos derrubar o veto do Governador e dar uma demonstração a esta Casa, que não estamos apenas no discurso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão.

Para encaminhar o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, não ia nem encaminhar porque na última apreciação desse veto eu fui claro com relação a minha discordância do mesmo. Expus aqui as minhas razões e até comentei com o nosso Líder Romanelli, que

hoje me absteria de fazer o encaminhamento. Mas, dada à provocação, no bom sentido, do Líder da Oposição, Deputado Rossoni, fui forçado a dizer a minha posição aqui, como já disse, é público e notório.

Primeiro, o Governador utilizou-se de um decreto que não tem absolutamente nada a ver com esse projeto, houve um equívoco, um engano. O Governador não fez isso sabendo do teor do projeto, ou errou na hora de numerar o decreto que ele gostaria.

Segundo, acredito que há um ganho extraordinário ao Paraná, ao adotarmos esse projeto na área pública. Sem dúvida nenhuma a iniciativa privada haverá de seguir também pelo mesmo caminho. Concordo em gênero e grau, já disse que não há outra maneira de se dispor de madeira no Paraná. Não pode haver que não seja o reflorestamento. A silvicultura sem dúvida é o caminho, o contrário é derrubar nativas, que nós não queremos isso.

Então, a minha posição é muito clara, é essa, não como Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente porque não consultei os nossos Pares, mas pessoalmente, pelas convicções que tenho a este veto. Sem dúvida nenhuma não pode prosperar. O projeto deve ser promulgado por V. Exa., pelo menos é esse o meu entendimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar o Deputado Plauto Miró.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Na votação anterior, na última semana que aqui foi discutido, e depois, num entendimento esse veto foi retirado, eu tinha uma opinião. Não tinha uma opinião realmente formada. Fui me informar. Todas as informações que obtive mostram que com a madeira reflorestada é possível fazer tudo aquilo que a construção necessita, desde os batentes de portas, as portas, enfim, tudo aquilo que é necessário, não havendo a necessidade de utilizar a madeira nativa.

Esse projeto sendo aprovado vai ser um incentivo ao reflorestamento no nosso estado do Paraná, fazendo com que mais madeira reflorestada tenhamos para poder utilizá-la da forma como bem entender. Menos madeira nativa sendo utilizada na indústria madeireira como um todo.

Acho que é um projeto importante da Deputada e vou votar pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Professor Luizão.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Só quero fazer o relato da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Não fechamos questão em relação a esse

veto, mas, particularmente, considero que o projeto da Rosane Ferreira é um projeto bom e estaremos, sem dúvida nenhuma, caminhando para a preservação das nossas matas nativas. O problema que vejo no projeto da Deputada Rosane Ferreira - e nesse sentido sou pela manutenção do veto - é que não podemos de uma hora para outra colocar uma restrição tão rígida nas construções que estão sendo feitas e serão feitas aqui no Paraná. De uma hora para outra como é que você impede que se faça caixilho, porta, enfim, estaria criando um problema.

Digo que seria interessante trabalharmos numa perspectiva de, gradativamente, tornar o Paraná um estado exemplo no sentido de que toda obra pública seja feita com madeira reflorestada. Não no momento, de uma hora para outra, acho inviável o projeto da Deputada Rosane Ferreira. Mas, reafirmo que a Bancada do Partido dos Trabalhadores não fechou questão em relação a esse tema.

Obrigado.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, havia entendido equivocadamente, na Sessão anterior em que discutimos esse veto, que entre outras coisas o que está se propondo é que tivéssemos quase toda estrutura feita em madeira. Pelo menos foi assim que foi encaminhado o debate aqui. Obviamente, num entendimento equivocado. Mas, falando com a Deputada Rosane ela explica que não, que são apenas aquelas partes onde vai madeira e que são poucas hoje. O piso não é mais feito de madeira; o forro não é mais feito de madeira; nas partes internas das escolas - pelo menos os pés não são mais feitos de madeira. Há muito pouca coisa a ser feita em madeira. E das obras contratadas - daqui para frente, ou seja, provavelmente são obras que entrarão no processo licitatório daqui a seis meses, daqui a um ano.

E como o Deputado Luizão que é Líder da nossa Bancada já colocou que não há fechamento de questão, vou votar pela derrubada do veto por entender que estamos encaminhando no sentido de preservarmos aquela mata que já temos hoje, que é nativa, e incentivarmos o processo de substituição por uma mata cultivada conforme a que já citou o Deputado Cheida.

Por isso vou votar pela derrubada do veto.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não ia encaminhar, mas, não posso me furtar dessa responsabilidade de me somar àqueles que já antes da minha fala se somaram à proposição da Deputada.

Quando tive oportunidade de falar sobre esse assunto, convidei V. Exas. que atentassem para a fala do Deputado Cheida - que é mais do que expert no assunto de meio ambiente e, conseqüentemente, ao tema em questão. Indiscutivelmente é um dos nossos ícones aqui na Assembléia como referência nesse assunto. E hoje ainda mais, somado à indiscutível experiência do Depu-

tado Valdir Rossoni. Independentemente, Deputados, de sermos Oposição ou Situação, estamos diante de uma oportunidade de aprovarmos uma proposição que, indiscutivelmente, em muito irá contribuir para o estado do Paraná. Se eles que são referência no assunto afirmam que nada óbice da proposição ir adiante, prosperar, quem sou eu para questionar o contrato?

A segunda observação que faço, mas em tom de desafio ou convite para o Deputado Romanelli, tendo essa absoluta certeza que V. Exa. encaminhou a votação, de que o senhor está coberto de razão, convido a liberar a base governista a votar conforme sua consciência. Se é que o senhor tem tanta convicção de que a argumentação do Governo, dos técnicos do Governo, está amplamente amparada, legalmente amparada para justificar esse veto. Convido V. Exa. a declarar que a Bancada do Governo está liberada para votar conforme a consciência de cada Parlamentar. E tenho certeza que se fará realmente justiça no encaminhamento, no resultado desta votação. É a minha fala, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vamos proceder a votação. Os Deputados favoráveis ao veto votam com a expressão SIM; os que são a favor do projeto, votam com a expressão NÃO.

Vai se proceder a verificação de votação. Votando SIM, a favor do veto; NÃO a favor do projeto.

Vinte e três SIM; Dezessete NÃO. **Está mantido o veto.**

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 064/07, veto aposto ao Projeto de Lei nº 213/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a inclusão dos municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha na região sudoeste do estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

OF/CTL/CC nº 150/07

Curitiba, 22/06/07.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 109/07, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 213/07, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo incluir na região sudoeste do estado, os municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha.

O veto ora apostado decorre do fato de que, segundo informações prestadas pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, a conforma-

ção territorial regional do Paraná, assim como a do Brasil é definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE e que, na esfera federal, estão sendo realizados estudos de revisão da regionalização brasileira.

Ressalte-se que o exercício das atribuições e medidas legais adotadas por órgãos federais sobre o assunto em causa estão previstas no rol das matérias de competência legislativa privativa da união, conforme preceitua o artigo 22, inciso XVIII, da Magna Carta, demonstrando, assim, a inconstitucionalidade do presente Projeto de Lei nº 213/07.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 213/07, encontra-se publicado no DA nº 021, de 03/04/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 064/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei nº 213/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo incluir os municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha na região sudoeste do estado do Paraná.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71 Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48h, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu Relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 20/08/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Em discussão. Em votação.

Para encaminhar concedo a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli por cinco minutos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Reconheço que encaminho esse projeto com uma dor no coração em rela-

ção ao respeito profundo que tenho pelo meu companheiro Nereu Moura. O Deputado Nereu Moura é um companheiro nosso, um guerreiro. Mas, quero dizer a V. Exa. que os vetos que são apostos pelo Sr. Governador são frutos de uma análise técnica, seja ela pela inconstitucionalidade ou em relação ao interesse público.

Quero esclarecer de uma forma bem objetiva. Tenho aqui dois mapas, para que V. Exas. entendam o que estamos fazendo. O projeto de lei do Deputado Nereu Moura pretende alterar a mesorregião, em termos estatísticos, do sudoeste. Ocorre que quem define mesorregião nesse país não é uma lei estadual feita, votada pela Assembléia e sancionada pelo Governador Roberto Requião. Quem define o que é mesorregião, pela tipologia das cidades e das regiões, é o IBGE, é competência do Governo Federal. A categoria que estamos tratando de mesorregião não é definida por lei estadual.

Nesse momento, é inócua a derrubada do veto, que atende o pressuposto naquilo que é fundamental para a região sudoeste - esta já está integrada tanto no Plano Plurianual quanto na macrorregião de planejamento do estado. O sudoeste incorpora a microrregião de Palmas, Clevelândia e Honório Serpa. Se V. Exas. verificarem nesses dois mapas que tenho, essa é a mesorregião do sudoeste que é formada por três microrregiões, que também são definidas estatisticamente pelo IBGE - é ele que define. E esta é a mesorregião centro-sul, que incorpora nessa mesorregião os municípios de Mangueirinha, Honório Serpa, Clevelândia, Palmas e Coronel Domingos Soares e tem três microrregiões.

Essas microrregiões e essas mesorregiões são fruto de uma portaria, que foi feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que tem a competência legal - a chamada reserva legal - de definir o que é mesorregião e quantas são elas. Para V. Exas. saberem, são 361 mesorregiões no nosso país, além das regiões metropolitanas, que englobam uma região de planejamento.

O estado do Paraná possui diversas distribuições, que atendem tanto do ponto de vista administrativo quanto político, os municípios. Temos, por exemplo, as chamadas microrregiões - tratamos mais dessa forma, que são as associações políticas de Prefeitos. Essa já integra o sudoeste. Como também as regiões administrativas que dividem o sudoeste. O que ocorre? Do tema que estamos tratando aqui e que esse projeto de lei tratou - V. Exa., Deputado Augustinho Zucchi, que é Deputado do sudoeste, que é ligado ao Senador Osmar Dias, faça um apelo a ele, para que como Senador possa de fato promover uma alteração legislativa, pelo Senado ou por conta da discussão técnica com o IBGE, e mude a ligação desses quatro municípios com o sudoeste. São regiões que têm diversidade entre si, especialmente, o município de Palmas.

Quero discutir com os senhores - conversei com o Governador Requião ainda no dia de hoje. Ele estudou essa matéria e fez o veto. A lei é inócua, Exas. Por isso, quero pedir a todos os companheiros que integram a

nossa base que mantenham o veto do Governador Requião - gostaria que todos, e também todos os nossos Parlamentares. A questão é a seguinte: esta Casa não pode fazer leis, e é por isso que mudei o meu posicionamento em muitas leis, nós temos que discutir a questão da constitucionalidade já na CCJ. Temos que ter muito maior firmeza e responsabilidade ao discutirmos essas leis para que não venhamos passar por momentos iguais a esse, quando temos que encaminhar contra um companheiro, um projeto de lei de um companheiro como o Deputado Nereu Moura.

Mas, quero pedir a todos pela manutenção do veto aposto pelo Governador Requião. É isso.

Muito obrigado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, creio que poderíamos, aqui, Deputado Traiano, falar, mais ou menos, em nome de toda a Bancada do sudoeste, enfim, de todos aqueles que conhecem o sudoeste do Paraná. Entendo, Deputado Romaneli, que V. Exa. fala que o projeto do Deputado Nereu Moura pode ser inócuo do ponto de vista dele poder por si só desfazer algo que, na minha opinião, o IBGE fez errado. Ora, uma região se define pela sua história, pela sua gente, pela tipologia do seu solo, do seu clima, enfim, uma região se define por aquilo que ela é. O Paraná já definiu essa região há muito tempo, tanto que todos os órgãos públicos do estado, todos, sem exceção, colocam o município de Palmas, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Manguaçu e Clevelândia como sendo do sudoeste, e não tem como não serem.

Deputado Nelson Justus, fizemos uma reunião histórica da Assembléia no sudoeste do Paraná, uma Sessão da Revolta dos Posseiros. O que antecedeu a Revolta dos Posseiros foi a Guerra do Contestado, que houve na época. Ora, os municípios do sudoeste do Paraná são filhos de Clevelândia. Clevelândia é o portal do sudoeste do Paraná. A maioria dos municípios foi desmembrada de Palmas e Clevelândia. Como é que não poderiam pertencer, Palmas, Clevelândia e esses outros municípios ao sudoeste?

Então, acho que se não for para resolver o problema - já conversei com o Senador Osmar Dias no sentido de fazer uma proposição no Senado para que o IBGE possa rever esse critério que utilizou. Acredito que, aqui, a demonstração que a Assembléia dará é o atestado que o Paraná vai dar dizendo: "Não! Administrativamente e politicamente esses municípios pertencem ao sudoeste do Paraná."

Vejam bem o seguinte, os campos de Palmas, o clima, a tipologia florestal, o solo, a nossa gente, tem toda a mesma origem. Em nenhum momento até hoje foi mudado isso. E alguém pode perguntar aqui: "E o que isso muda?" Muita coisa. Tirando esses municípios, somos a terceira bacia leiteira do Paraná. Incluindo esses municípios nós somos a primeira bacia leiteira do Paraná,

só para dar um exemplo. Isso muda os índices econômicos do Ministério da Agricultura. Isso muda os índices econômicos levantados pelo IBGE. Então, não dá para, em uma canetada, o IBGE ou quem quer que seja, mudar a história de uma região que se constituiu pela sua luta, pela sua gente, pela sua tradição e pela homogeneidade, tanto do solo, como do clima, como da tradição e da cultura daqueles que habitam a nossa região.

Nós que nascemos no sudoeste conhecemos bem a nossa região. Por isso, acho que mesmo que não dê para resolver com este projeto, mas é uma demonstração que no Paraná, pelo menos no Paraná, não podemos cometer esse equívoco de tirar do sudoeste municípios que são genuinamente membros da nossa região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, para encaminhar, Deputado Ademar Traiano. Posteriormente o Deputado Caíto Quintana.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente quero agradecer a deferência do Deputado Caíto Quintana por me permitir fazer o encaminhamento antecipadamente, mas não vou me estender.

Apenas quero chamar a atenção dos Srs. Parlamentares que estão aqui - e tenho certeza de que estamos falando em nome da Bancada do sudoeste do Paraná - para dar um testemunho vivo aos Srs. Parlamentares, porque essa proposição de derrubar o veto significa rasgar a história e a tradição do sudoeste do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho 55 anos de idade. Este é o melhor testemunho para esta Casa. E digo para V. Exas., nasci no sudoeste do Paraná e fui registrado na cidade de Clevelândia. Portanto, não há testemunho maior do que este, deste Plenário, para dizer a todos os Srs. Parlamentares que a possível derrubada deste veto é passar por cima da história de uma região que, historicamente, sempre esteve unida, como afirmou o Deputado Augustinho Zucchi, por seus laços históricos, étnicos, enfim culturais, a própria agricultura tem uma afinidade muito forte e quero crer que os Srs. Deputados, com seus espíritos desarmados, haverão de compreender, e tenho a convicção de que o próprio Governador, que muitas vezes transgride a própria lei, rompe, estabelece confrontos com legislações neste país em defesa da sua ideologia, das suas idéias, com certeza não foi bem informado - um ato desse, tomado isoladamente pelo IBGE, com certeza, na nossa concepção, é um erro histórico - o IBGE deveria se render, voltar atrás e fazer uma reanálise de como está agindo com relação ao sudoeste do Paraná. Quantos erros o IBGE já cometeu? Quando é feito o recenseamento nos municípios eleitorais cometem erros graves e acabam refazendo a contagem dos votos, porque lamentavelmente a forma como fazem é uma forma errônea.

Portanto, quero fazer um apelo aos Srs. Deputados para que realmente mantenham, derrubem o veto do Governador, porque esta é a melhor posição, a melhor decisão para manter a história viva do sudoeste do Paraná.

Era apenas isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, queria encaminhar depois também.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, esta Casa há sete mandatos conhece meu posicionamento. Sempre defendi aqui porque entendo que um grupo, uma Bancada, uma base, extrapola o pensamento individual. Você tem o teu pensamento, mas se o conjunto dos teus companheiros tem uma idéia diferente, muitas vezes acabamos votando nem tão satisfeito com o seu voto, mas acabamos votando pelo conjunto da base que temos, quer seja Situação, quer seja Oposição. Já fui aqui Situação, já fui Oposição e sempre estive com minha Bancada.

Agora mesmo, no projeto da Deputada, não me fiz presente na votação. Se aqui estivesse, Deputada Rosane, e eu não me fiz presente exatamente para não votar, votaria a favor do seu projeto. Mas disciplinadamente, atendendo o pedido do Líder do Governo, me absteve de votar, porque afinal de contas impõe determinadas obrigações ao estado, o projeto. Vamos tentar conversar com o Governador e tentar retomar esta matéria.

Agora, esta de tirar do sudoeste do Paraná, Palmas, Clevelândia, Honório Serpa e Mangueirinha, é um dos absurdos enormes e não entendo a sustentação da manutenção deste veto, porque não traz problema econômico para o estado, não traz problema político para o estado, pelo contrário, cria problema político para o Governo manter este veto.

O sudoeste do Paraná é filho de Clevelândia, estamos mudando o curso da história. Pediria ao Presidente da Casa que se isso viesse a acontecer, mudasse, onde tem nomes ilustre que passaram por esta Casa, Arnaldo Busato, Cândido Martins, Luiz Alberto, o pai do Deputado Anibelli, que é Deputado aqui, que foi Deputado. Estes homens são de União da Vitória e de Clevelândia e constam nos Anais do Paraná como políticos do sudoeste. Aí vamos permitir, em nome de uma região, que isso seja mudado? Não!

Se esse projeto é inócuo do ponto de vista de mudar, com ele sancionado, promulgado por V. Exa., com ele na mão deveríamos fazer uma grande movimentação de todos os partidos para ir conversar com o IBGE para mudar isso, que eles fizeram sem conhecimento da realidade do sudoeste. É como tirar a mão de um filho! E aí mexe com outros sentimentos. Espero que possamos

fazer, porque se isso for feito, como V. Exa. diz, pelo Senador Osmar Dias, vamos levar 42 Prefeitos do sudoeste para avaliar qualquer pedido que seja feito, porque não vai se admitir que se tire de uma região o município que lhe deu origem.

Então, pediria licença à nossa Liderança do Governo e da Bancada, as quais eu sempre acompanhei os votos, que abrissemos a votação, porque senão vamos acabar votando contra uma orientação da Liderança pela tentativa de imposição. O próprio Governador Roberto Requião, já o ouvi falar muitas vezes: “Em primeiro lugar, Deus; em segundo a pátria” - que aqui se traduz em região - “em terceiro o partido”. Eu sigo essa orientação vou ficar com a pátria, com a região, vou votar e peço para os companheiros da base aliada e da Oposição para votarmos pela derrubada do veto, pela consciência de que este veto em nada prejudica o Governo do Estado, em nada desmerece, não cria problema econômico nem político, mas respeita uma região que é unida quando se mexe com ela, da mesma forma que nos uniu na defesa da VIZIVALE, da mesma forma que nos uniu na tentativa de manter aberta a Coordenadoria da Receita de Pato Branco.

Acho que precisamos respeitar as regiões do nosso estado do Paraná! Seria uma mistura muito triste se, por exemplo, daqui a pouco - com respeito, Deputado Waldyr Pugliesi, V. Exa. que é Líder do partido - daqui a pouco IBGE resolvesse colocar Arapongas no oeste do Paraná, certamente V. Exa. iria se rebelar contra isso!

Portanto, se tiver que ser o primeiro, que seja. Vamos votar pela derrubada desse veto!

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, faço minhas as palavras dos Deputados que me antecederam: pelo Paraná, pelo sudoeste, solicito a todos os Deputados desta Casa que votem pela derrubada do veto, votemos NÃO.

Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, sinto-me prejudicado porque acredito ser o único Deputado dividido, se fosse por questão eleitoral, porque tenho a minha base no centro-sul, onde obtive 50 mil votos e no sudoeste, por mais que às vezes me esquecem nas rodas do sudoeste, principalmente os políticos, eu fiz quase 15 mil votos. Mas, por dever de justiça, o IBGE está querendo que esses municípios pertençam ao centro-sul. Não tem nada a ver com o centro-sul, nada, nada.

Então, quero dar esse depoimento e dizer que está coberto de razão o Deputado Caíto. Voto pela derrubada do veto, pela coerência da história desse estado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder à votação.

O Deputado Luiz Carlos Martins, com a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, para fazer um comunicado. Os Deputados estão sentindo hoje a ausência do Deputado Geraldo Cartário, nosso companheiro de Bancada do PDT. O Deputado Geraldo Cartário passou por uma cirurgia hoje de manhã, no ombro, transcorreu de forma normal e está em plena recuperação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Muito obrigado.

Os Deputados que forem favoráveis ao veto, votam com a expressão SIM. Os Deputados que forem favoráveis ao projeto, votam com a expressão NÃO. SIM a favor do veto. NÃO a favor do projeto. Votando.

Encerrada a votação, vai se proceder à apuração.

Trinta e dois votos NÃO.

Sete votos SIM.

Contrariando o que disse o Deputado Valdir Rossoni, está derrubado já um veto nesta Casa.

Pela ordem, o Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO (PDT) (Pela Ordem)

Como pode ver V. Exa. estou presente, não consegui votar e o meu nome aparece em vermelho, como se eu não estivesse.

Queria registrar mais um voto NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está portanto rejeitado o veto.

1ª Discussão

item 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que institui a política de reciclagem de entulhos de construção civil e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/08 de 27/02/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 053/08

P A R E C E R :

A proposição sob análise, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, institui a política de reciclagem de entulhos de construção civil e dá outras providências.

Em síntese, a proposição institui um política visando estimular a reciclagem dos entulhos da construção civil.

Experiência neste sentido já foi realizada na Prefeitura Municipal de Londrina com instalação de uma usina de reciclagem e construção de casas populares.

A Prefeitura de Belo Horizonte e a Prefeitura de Piracicaba também realizaram experiências no mesmo sentido.

A Câmara Municipal de Curitiba realizou, nos anos 90, importante estudo sobre a possibilidade de implantação de usina de reciclagem em Curitiba.

Há construtoras paranaenses que adotaram métodos de reciclagem.

A política proposta não causa gastos para o estado e, tampouco, invade a competência do Chefe do Poder Executivo Estadual.

O parecer é pela tramitação da proposição, pois a mesma cumpre os requisitos formais e legais.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 053/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, tem o objetivo de instituir a política de reciclagem de entulhos de construção civil e dá outras providências.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta visa a incentivar o uso, a comercialização e a industrialização de materiais recicláveis, que resultem, principalmente em reaproveitamento na construção de casas populares.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 31/03/08.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente

LUIZ FERNANDES LITRO - Relator

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/08, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel, ao município de Jandaia do Sul. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

Redação Final

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 086/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores de São Cosme e Damião - AMASCD, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand. **Aprovado. (Publ. no DA nº 018/08, de 12/03/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 080/08, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública a Associação Solidária da Agricultura Ecológica de Ponta Grossa e região, com sede e foro no município de Ponta Grossa. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 080/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Solidária da Agricultura Ecológica de Ponta Grossa e Região - ASAECO, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02/03/08.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PLAUTO MIRÓ - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 074/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública o Instituto RPC, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/08, de 10/03/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 057/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública a APROTIBA - Associação dos Produtores da CEASA de Curitiba, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 013/08, de 04/03/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 593/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública a Comunidade de Acolhimento São José, com sede e foro no município de Campo Mourão. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL AO
PROJETO DE LEI Nº 593/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Comunidade de Acolhimento São José - CASJ, com sede e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07/03/08.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PLAUTO MIRÓ - Relator

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)
Solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)
Retiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Sobre a mesa, Requerimento nº 664, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)
Requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Vai se proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.
Convido o 1º Secretário, Teruo Kato, que proceda à chamada nominal dos Deputados.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)
Gostaria que fosse lido o requerimento, que não tenho conhecimento do teor do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Por gentileza, Srs. Deputados registrem a presença no painel. Já há quórum para que procedamos à votação.
Solicito ao 1º Secretário que proceda à leitura do requerimento do Deputado Marcelo Rangel.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Teruo Kato**)
(**Procede à leitura do requerimento do Deputado Marcelo Rangel**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, este requerimento, efetivamente ontem, por alguma razão, não ouvi sua leitura. Mas, ouvindo a leitura pelo 1º Secretário, entendo que o requerimento está dentro do pressuposto de um pedido de

informações que encaminhamos favoravelmente pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)
Aprovado.

Requerimento nº 665, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, eu li o requerimento do Deputado Plauto Miró Guimarães, que muito gentilmente trouxe o requerimento. Como ele está muito complexo, muito amplo, pedi para discutir e analisá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 682, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, entendo também que o requerimento está muito bem formulado e, por economia processual, dizer que encaminhamos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 666, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 667 e 668, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 670, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 671, de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 674, de autoria do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 677, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 680, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 681, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 684, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 685, de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 683, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 004 e 078/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 076/08.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 475 e 527/07 e do Projeto de Resolução nº 006/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Indústria, Comércio e Turismo

COMISSÃO DE INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E TURISMO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Edgar Bueno e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Pedro Ivo, Reni Pereira e Teruo Kato. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 519/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. O Sr. Deputado Reni Pereira SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 02) Projeto de Lei nº 668/07, de autoria do

Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Osmar Bertoldi - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 491/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pedro Ivo - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 508/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Osmar Bertoldi - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 750/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Teruo Kato - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 764/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pedro Ivo - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 801/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presente e por mim, Flávia Baltazar, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
Flávia Baltazar - Secretaria

Obras Públicas, Transportes e Comunicação

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 068/08, de autoria do Deputado Elio Rusch. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que depois

de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

Tomada de Contas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, às onze horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua 3ª Reunião Ordinária com a presença dos Srs. Deputados, membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados referente ao mês de março de 2008 - Proposição nº 031/08. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao Sr. Deputado Plauto Miró, Relator da Proposição nº 031/08, que trata da prestação de contas da verba do movimento relativo aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de março de 2008, conforme Resolução nº 003/04 de 15/03/04. Após exame da matéria, o Sr. Relator concluiu pelo parecer FAVORÁVEL - APROVADO, pois as contas apresentadas encontram-se de acordo com a legislação vigente, exatas e dentro das normas de sua regulamentação, no que foi acompanhado por todos os Srs. Deputados. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente ata, que após de lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados e por mim, Secretária da Comissão de Tomadas de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

